



UC/FPCE 2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Estudos de validação de duas escalas de avaliação da
Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra
forense**

Beatriz dos Santos Baptista (e-mail: beatriz7@live.com.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde (área de
subespecialização: Psicologia Forense) sob a orientação da Professora
Doutora Isabel Marques Alberto e co-orientação do Doutor Pedro
Armelim Almiro

Estudos de validação de duas escalas de avaliação da Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense

Resumo

A avaliação psicológica em contexto forense é frequentemente realizada com recurso a instrumentos de autorrelato que são particularmente vulneráveis ao enviesamento de resposta. A desejabilidade social constitui um dos tipos de enviesamento de resposta mais estudados e que mais dúvidas tem suscitado quanto à sua natureza e à sua operacionalização, com várias definições propostas na literatura. Em situações em que os indivíduos apresentam uma maior motivação para distorcer as suas respostas (e.g., Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais e Processos de Promoção e Proteção), aumenta a probabilidade de responderem de forma menos honesta aos itens das escalas, no sentido de apresentarem uma imagem destacadamente positiva de si, com o propósito de atingirem um determinado objetivo. Assim, os pais tendem a querer evidenciar as suas competências, omitindo ou atenuando as suas dificuldades e inaptidões. Especialmente neste contexto, onde os psicólogos se confrontam com questões particularmente sensíveis e onde são cada vez mais solicitados a prestar o seu contributo, é importante garantir a fiabilidade da informação recolhida na avaliação psicológica. Face à escassez de estudos de validação dos instrumentos de mensuração da desejabilidade social para a população portuguesa, particularmente no contexto forense, emerge a necessidade de examinar as propriedades dos já existentes de modo a contribuir para uma melhor compreensão do conceito em causa e providenciar uma maior validade aos resultados obtidos na prática profissional.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar, numa amostra forense, as características psicométricas de duas escalas de avaliação da desejabilidade social, a EDS-20 e a DESCA. Pretende-se ainda avaliar a capacidade discriminante de cada um dos instrumentos entre a amostra forense e uma amostra da população geral e entre os Processos de Promoção e Proteção e os Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais que constituem a amostra forense.

De modo geral, a EDS-20 e o fator *Busca de Aprovação Social* da DESCA apresentaram boas qualidades psicométricas ao nível da consistência interna. Foram encontradas correlações fortes, positivas e estatisticamente significativas entre a dimensão *Neuroticismo* e a DESCA ($r = .699$), elevada e positiva entre o *Neuroticismo* e *Busca de Aprovação Social* ($r = .562$), moderada e negativa entre a *Extroversão* e *Busca de Aprovação Social* ($r = -.359$). Na validade convergente, a maior correlação registou-se entre a EDS-20 e a escala L do EPQ-R ($r = .892$). A EDS-20 é o instrumento que apresenta a melhor capacidade discriminante entre a amostra de controlo e a forense mas a DESCA mostrou ser capaz de diferenciar melhor os Processos de Promoção e Proteção dos Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais.

Palavras-chave: desejabilidade social, avaliação psicológica, contexto forense, qualidades psicométricas

Validation studies of two social desirability scales, EDS-20 and DESCAs, on a forensic sample

Abstract

Psychological assessment in forensic scope is frequently fulfilled by self-report tests that are particularly vulnerable to response bias. Among the several types of response biases, Social Desirability (SD) has specially been one of the most studied, raising a lot of questions due to its nature and operationalization and many definitions have been suggested in the literature. In a situation where individuals are highly motivated to distort their responses (which is the case of parents involved in child custody litigation and children's promotion and protection), it raises the chances of not being honest on their responses, in an effort to present a highlighted positive image of themselves, so that they can reach a particular purpose. Therefore, parents tend to evidence their parental competences and omit or overlook their difficulties and disabilities. Notably in this context, in which psychologists face up to some sensitive questions and where they are more and more requested to provide their services, it is important to ensure the reliability of the information collected through psychological evaluation. Owing to the lack of social desirability scale validation studies for the Portuguese population, especially in forensic context, emerges the need to examine the properties of the existing instruments, not only to contribute for a better understanding of the construct, but also to increase the results validity on professional practice.

This study's aim is to analyse the psychometrical qualities of two Portuguese validated social desirability scales, EDS-20 and DESCAs, in a forensic sample. It is also intended to evaluate the power of each instrument to discriminate between the general population sample and the forensic one, as well as and between the parents involved in child custody litigation and those involved in children's promotion and protection, both part of the forensic sample.

Generally, EDS-20 and *Search for Social Approval* presented good psychometric properties concerning internal consistency. The obtained results indicate a strong, positive and significant correlation between *Neuroticism* and DESCAs ($r = .699$), a strong and positive correlation between *Neuroticism* and *Search for Social Approval* ($r = .562$) and a moderate and negative correlation between *Extroversion* and *Search for Social Approval* ($r = -.359$). The bigger correlation was found between EDS-20 and L scale of EPQ-R ($r = .892$). EDS-20 revealed to have the better discriminant capacity between general population sample and forensic sample, however DESCAs is more powerful to distinguish parents involved in children's promotion and protection from those involved in child custody litigation.

Key Words: social desirability, psychology assessment, forensic context, psychometrical qualities

Agracedimentos

À Professora Doutora Isabel Alberto, pela partilha de conhecimento, pela atenção, disponibilidade que sempre manifestou e pela verdadeira orientação que me proporcionou. Também pela motivação, apoio e por ter demonstrado ser uma pessoa tão humana.

Ao Doutor Pedro Almiro que, tão atenciosamente, se mostrou sempre disponível para me auxiliar no que precisasse e pela forma minuciosa, rigorosa e investida como me orientou.

À Dr.^a Mónica Fonseca, por todo o significado que este percurso tem para mim, pelos ensinamentos, ajuda, companheirismo e incentivo. Por ter sido, mais que uma excelente profissional, uma amiga quando mais precisei.

Aos meus pais em especial, a quem devo tudo: pela força, pelo apoio, pelos valores que me transmitiram, pela segurança, por me terem inculcado esta vontade de persistir e nunca desistir perante as dificuldades. Por lutarem por mim e ao meu lado todos os dias e, sobretudo, por terem acreditado que era capaz de terminar esta etapa!

À minha irmã, pelas trocas de carinho, pelo amor incondicional e pelas vezes que te queixaste por não ter tempo para ti.

Às verdadeiras, que tiveram sempre uma palavra de ajuda nos momentos mais difíceis, pela presença ao longo destes cinco anos, pelo companheirismo, por todos os sorrisos e lágrimas que partilhámos, Sara, Joana, Sofia, Patrícia e Lia, "esta é a nossa caminhada"!

À Rosa, por ouvir todos os meus devaneios, dúvidas, incertezas e dilemas. Por ter sido a minha companheira de todas as horas, por ter sempre um conselho racional para me dar e pela partilha deste gosto que é a Psicologia, um sincero e enorme obrigada.

À Cátia e à Marina, pelas horas intermináveis que passámos em salas de estudo, bibliotecas e cafés, por terem sido o meu porto de abrigo e por todas as ideias que trocámos sobre o que seria o futuro.

A todos os participantes da investigação, sem eles tudo isto não teria sido possível.

A todos aqueles que, em algum momento, fizeram parte do meu percurso académico e a tudo o que Coimbra me deu. Levo um pouco de cada um comigo pois acredito que me será útil na minha próxima jornada!

Obrigada é uma palavra pequena.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1.1. Conceptualização da Desejabilidade Social.....	2
1.2. Avaliação da Desejabilidade Social.....	7
II - Objetivos	9
III - Metodologia.....	10
3.1. Amostra.....	10
3.2. Instrumentos.....	12
3.2.1. Questionário de Dados Sociodemográficos	12
3.2.2. Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Simões, Almiro, & Sousa, 2014)	12
3.2.3. Escala de Desejabilidade Social (DESCA; Alberto, Oliveira, & Fonseca, 2012).....	13
3.2.4. Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; S. Eysenck, H. Eysenck, & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2014)	14
3.3. Procedimentos.....	15
IV – Resultados.....	16
4.1. Estudos de Precisão.....	16
4.2. Estudos de Validade.....	18
4.3. Análise da Validade Discriminante da EDS-20 e da DESCA considerando a amostra forense e uma amostra da população geral	18
V - Discussão	22
VI - Conclusões.....	26
Bibliografia	27
Anexos	34

Lista de Anexos

Anexo A – Questionário Sociodemográfico	35
Anexo B – Características psicométricas da EDS-20	36
Anexo C – Características psicométricas da DESCAs	37
Anexo D – Características psicométricas do fator Busca de Aprovação Social (BAS) da DESCAs	38
Anexo E – Características psicométricas do fator Gestão da Imagem Social (GIS) da DESCAs.....	39
Anexo F – Características psicométricas do fator Dependência Relacional (DR) da DESCAs.....	40
Anexo G – Análises de validade convergente e divergente	41
Anexo H – Resultados dos Testes do Qui-Quadrado e <i>t</i> de student para as variáveis sociodemográficas	42
Anexo I – Resultados do Teste <i>t</i> de student para a escala de Mentira (L) do EPQ-R, EDS-20, DESCAs e fator BAS da DESCAs em função dos grupos forense ou controlo e do tipo de processo.....	43

Introdução

O papel dos psicólogos na avaliação em contexto forense tem-se consolidado nas últimas décadas. No entanto, apenas recentemente é que o envolvimento destes profissionais no âmbito judicial se tornou mais proeminente (Ackerman, 2010). Em Portugal e, durante muito tempo, o trabalho realizado na área da psicologia forense era limitado e pouco sistemático, refletindo o diminuto interesse pela disciplina (Fonseca, 2006). A avaliação psicológica no contexto forense, para além de ser um aspeto distintivo da especialização em psicologia (Simões, 2005), é cada vez mais uma área fulcral onde o psicólogo deve ter formação atualizada e qualificação específica, para que possa responder aos requisitos do enquadramento judicial. Heilbrun, Grisso e Goldstein (2009) consideram que devem ser utilizados instrumentos de avaliação psicológica com validade e fidedignidade já documentadas e estabelecidas (através de estudos de validação) e que reúnam consenso, à luz da literatura, quanto às suas características psicométricas e à sua utilidade. Considerando que muitos dos instrumentos utilizados na avaliação psicológica são de autorrelato, coloca-se frequentemente a questão do enviesamento das respostas fornecidas pelos indivíduos. Qualquer instrumento de auto-avaliação é susceptível de ser respondido de forma enviesada, podendo o indivíduo selecionar a resposta que julga melhor do ponto de vista social, evitando censuras sociais (Oliveira, 2004). Assim, entende-se por desejabilidade social a tendência dos indivíduos para darem respostas socialmente aceitáveis ou adequadas (Crowne & Marlowe, 1960; Oliveira, 2004; Paulhus, 1991), constituindo uma forma de enviesamento de resposta.

Particularmente em contexto forense, nomeadamente em processos relativos ao exercício da parentalidade (Processos de Promoção e Proteção ou Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais), os indivíduos encontram-se muito motivados para se apresentarem de forma socialmente ajustada, com o propósito de atingirem determinado fim (Tobin, Seals & Vicent, 2011). Segundo Andrews e Meyer (2003) é essencial a determinação da distorção das respostas no sentido da desejabilidade social em contexto forense, uma vez que esta irá afetar a qualidade da informação recolhida na avaliação psicológica. Esta é uma questão premente pois pode invalidar um perfil de resposta, tornando-o impossível de interpretar e comprometer a fiabilidade das conclusões resultantes da avaliação psicológica.

O presente estudo pretende contribuir para a temática em questão ao analisar duas escalas que se propõem mensurar a desejabilidade social, utilizando uma amostra forense, e contribuindo para a clarificação do constructo.

I – Enquadramento conceptual

1.1. Conceptualização da Desejabilidade Social

A avaliação pericial no âmbito da psicologia forense deve definir-se pelo recurso rigoroso a instrumentos de avaliação psicológica no que diz respeito à administração, cotação, uso da informação obtida e estudos psicométricos relativos à sua validade e fidedignidade (Ackerman, 2010; Agulhas & Anciães, 2014). No entanto, a avaliação psicológica no âmbito da justiça requer alguns conhecimentos mais específicos que vão para além do processo de avaliação psicológica. É necessário que o psicólogo esteja familiarizado com o enquadramento jurídico e a legislação vigente para que possa responder de forma útil e eficiente aos quesitos formulados pelas entidades judiciais (Fonseca, 2006; Otto & Heilbrun, 2002; Simões, 2001).

Na avaliação psicológica em contexto forense, tal como em outros variados âmbitos, é frequente o psicólogo recorrer a instrumentos de autorrelato a que os indivíduos respondem sobre os seus próprios traços de personalidade, atitudes e comportamentos. Os testes de autorreposta são vulneráveis ao enviesamento de resposta, que interfere com os resultados obtidos. De acordo com Schmitt, Allik, McCrae e Benet-Martínez (2007), a maioria dos comportamentos e das características de personalidade são validados culturalmente, isto quer dizer que há diferenças entre os diversos grupos culturais sobre os traços de personalidade considerados mais desejáveis e adequados. Também as opiniões, os valores e as atitudes estão sujeitas às normas e sanções sociais (Schmitt & Steyer, 1993). Relativamente a alguns comportamentos, principalmente aqueles que são censurados socialmente, pode ser difícil obter respostas honestas, podendo estas últimas ser distorcidas e enviesadas, limitando a fiabilidade dos resultados obtidos numa determinada escala (Backstrom & Bjorklund, 2013; Crowne & Marlowe, 1960; Paulhus, 1991).

A influência que as normas sociais e a cultura podem ter nos padrões de resposta dos indivíduos é comumente denominada de enviesamento de resposta (*response bias*), que interfere com a precisão do autorrelato (Furnham, 1986). Segundo Furnham (1986), o enviesamento de resposta pode apresentar-se de duas formas distintas, nomeadamente: a) o *response set* (conjunto de respostas) que pode constituir uma reação temporária às exigências específicas de uma determinada situação, por exemplo a pressão para responder num período de tempo contabilizado e limitado ou o receio de que as respostas sejam expostas publicamente. O *response set* pode também ser induzido pelas características dos itens de um teste (Tourangeau & Rasinski, 1988) ou pelas condições e modo de aplicação dos instrumentos psicológicos (Richman, Kiesler, Weisband & Drasgow, 1999); b) o *response style* (estilo de resposta) que consiste no enviesamento consistente ao longo do tempo e numa diversidade de situações (Paulhus, 1991; Wiggins, 1962).

De acordo com Furnham (1986) e Paulhus (1991), o conceito de

enviesamento de resposta inclui uma tendência para dar respostas positivas (responder sempre sim) ou negativas (responder sempre não), bem como o conjunto de respostas que, numa escala de resposta do tipo *Likert*, se situam nas extremidades ou no centro das escalas de resposta. Estas duas últimas possibilidades podem traduzir posições extremas (por exemplo, assinalar sempre “concordo fortemente” ou “discordo fortemente”) ou posições neutras perante determinado assunto, evitando o compromisso, trazendo problemas à validade das respostas. Conceitos como falsificar, mentir e dissimular têm sido utilizados como sinónimos de enviesamento de resposta, tendo em comum o facto de traduzirem a ocultação da verdade através da expressão de uma outra imagem de si próprio (Furnham, 1986).

Uma das formas de enviesamento de resposta mais estudadas na literatura é a desejabilidade social (DS) (Ackerman, 2010; Furnham, 1986), que se caracteriza pela tendência para responder aos instrumentos de avaliação psicológica de modo a transmitir uma imagem socialmente mais adequada/ajustada (Johnson & Fendrich, 2005; Paulhus, 1991), constituindo uma variável indesejável na avaliação psicológica. Para Furnham (1986), a DS representa a tendência de distorção da resposta de autorrelato no sentido de mostrar uma imagem favorável, negando ou diluindo os traços e comportamentos socialmente indesejáveis. Este autor apresenta ainda uma distinção importante entre falsificar, dissimular e a DS – assim, os dois primeiros dizem respeito a qualquer resposta desonesta que pressupõe uma intenção prévia (e.g. simulação¹), enquanto o último traduz uma forma específica de falsificar as respostas para dar uma apresentação positiva do *self* (*faking good*) e que não é, necessariamente, intencional (Furnham, 1986). Vorkapic (2015), por sua vez, considera que do ponto de vista histórico, a desejabilidade social surgiu com a formulação da teoria da personalidade de Eysenck, em 1967, com a inclusão de uma medida de DS (escala L) no *Eysenck Personality Inventory* (EPI), que pretendia avaliar duas dimensões ortogonais da personalidade.

Krumpal (2013, como citado em Gittelman et al., 2015) considera que a DS é composta por duas dimensões: a) uma relacionada com um traço individual de personalidade, em que os indivíduos apresentam maior tendência para exibir respostas socialmente desejáveis; e b) uma dimensão relacionada com as características do instrumento, que resulta da forma como os itens são escritos, ordenados, formulados e como se procede à recolha de dados, favorecendo um maior ou menor grau de desejabilidade social. Esta distinção tem sido apontada como crucial, uma vez que a evidência empírica suporta fortemente a primeira conceptualização e

¹ O termo simulação é definido pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais como “a produção intencional de sintomas físicos ou psicológicos falsos ou exagerados, motivada por incentivos externos” (DSM-V-TR; APA, 2014, p.727). Importa ainda realçar que nesta definição estão presentes três elementos fundamentais: o exagero de sintomas, a motivação consciente do sujeito para simular e a presença de incentivos externos (Simões et al., 2010).

encontra pouco suporte para a segunda (McCrae & Costa, 1983).

Vários autores, como Edwards (1990), Furnham (1986), Marlowe e Crowne (1964) e Paulhus (1991), caracterizam a DS como um estilo de resposta, uma vez que seria consistente no tempo e nas diferentes situações. Também McCrae e Costa (1983) defendem que a DS deve ser vista como uma variável aliada às diferenças individuais e atribuída à necessidade de obter aprovação, de mentir deliberadamente ou uma defensividade inconsciente. Apesar das diversas condições subjacentes à desejabilidade social, a influência desta nos resultados nos instrumentos de autorrelato é semelhante: indivíduos que apresentam maior desejabilidade social pontuam mais em medidas de ajustamento como a conscienciosidade, amabilidade e outros traços socialmente desejáveis. Por sua vez, indivíduos que apresentam menor desejabilidade social fornecem descrições mais precisas de si próprios (McCrae & Costa, 1983).

No entanto, Mesmer-Magnus, Vieswesvaran, Deshpande e Joseph (2006) sustentam que a DS é um indicador de conformidade social que se reflete na possibilidade de cada indivíduo “falsificar” as suas respostas nos questionários de autorrelato e que pode assumir duas facetas: como traço de personalidade estável ou como forma de simulação. De acordo com Hogan e Jones (1983, como citado em Leary, 1995), o modo como os indivíduos se descrevem nas respostas aos testes psicológicos é uma forma de autoapresentação semelhante à que realizam nas interações sociais.

Assim, da revisão da literatura verifica-se que a DS é descrita e designada de forma diversa, dependendo dos autores, nomeadamente: a) como um processo de *impression management* (gestão de impressão) enquanto ato consciente e deliberado de se apresentar perante o outro de forma a garantir a aceitação social (Stodel, 2014); b) como *faking good* (fingir-se bom) traduzindo a tendência dos indivíduos para se apresentarem como saudáveis ou melhor ajustados do que realmente são, camuflando os seus pontos fracos, em contexto de avaliação psicológica (Furnham, 1986; Leary, 1995); c) enquanto estratégia de *faking bad* (fingir-se mau) (Leary, 1995), que representa a tendência dos indivíduos para se apresentarem como perturbados para obterem uma vantagem ou benefício.

Face à diversidade de conceitos associados à DS tem sido desenvolvida muita investigação, destacando-se o trabalho de Paulhus (1984) como referência incontornável. Através de uma análise fatorial exploratória com cerca de 150 itens de desejabilidade social, este autor propôs um modelo que integra dois fatores principais: a) o autoengano (*self-deception*) que reflete uma distorção de resposta resultante de uma tendência inconsciente para fornecer autorrelatos positivos; b) e a gestão de impressão (*impression management*), que consiste na distorção deliberada da autoapresentação, em que os indivíduos tentam dar uma imagem de si próprios correspondente ao que é socialmente adequado e desejável, demonstrando motivação para a aprovação (Dodaj, 2012; Paulhus, 1991). Segundo este modelo, a dimensão do autoengano não constitui uma dimensão relevante para a desejabilidade social pois trata-se de uma

dimensão inconsciente e honesta, uma vez que as pessoas acreditam que, de facto, possuem as qualidades que reportam. Por outro lado, a gestão de impressão interfere com a avaliação dos traços de personalidade em situações onde a motivação para responder de modo socialmente desejável é elevada e pode trazer ganhos para os indivíduos (Dodaj, 2012).

O termo gestão de impressão representa uma visão mais tradicional da desejabilidade social, apelando à intenção, tendo sido este fator também designado de hipocrisia moralista (*moralistic hypocrisy*) por Cattell, Pierson e Finkbeiner (1976), defensividade (*defensiveness*) por Weinberger, Schwartz e Davidson (1979) e ajustamento extrovertido (*extraverted adjustment*) por McCrae e Costa (1983).

Enquanto Dicken (1963, como citado em Furnham, 1986), considera que a DS tem sido merecedora de atenção em demasia, não constituindo um problema maior para a avaliação psicológica, a maioria dos autores propõem um aprofundamento do tema, considerando que a DS pode tornar os resultados de um teste inúteis e invalidar todo o perfil de respostas de um indivíduo (Furnham, 1986).

Uma das questões que mais sobressai na literatura, e que tem sido amplamente debatida, relaciona-se com a necessidade de clarificar se a DS constitui uma resposta temporária à situação de avaliação ou se deve ser considerada como um traço de personalidade (Furnham, 1986; McCrae & Costa, 1983). Hartshorne e May (1928) avançaram com a hipótese de a escala L representar uma verdadeira dimensão da personalidade e Seisdedos (1996), utilizando dados do Questionário Fatorial da Personalidade (16PF-5), observou que a DS apresentava uma correlação positiva com dimensões primárias da personalidade tais como a estabilidade e a conscienciosidade, e uma correlação negativa com os traços passíveis de colocar em risco a harmonia social e direcionados para interesses individuais, como a apreensão, autoconfiança e abertura à mudança. Aparentemente, pessoas bem ajustadas têm autoimagens positivamente enviesadas, apresentando uma tendência para ignorar críticas e defeitos, evitando pensamentos negativos e são bem-sucedidas nas suas tarefas (Smith & Ellingson, 2002). McCrae e Costa (1983) e Furnham (1986) corroboram esta ideia ao afirmar que o indivíduo que é consciencioso, ajustado e cooperante também pontuará alto na desejabilidade social, ou seja, paradoxalmente, os indivíduos mais honestos são aqueles que são percebidos como falsificadores das suas respostas.

Nos seus estudos, McCrae e Costa (1983) verificaram a existência de uma correlação positiva entre a DS e a Extroversão, e negativa entre a DS e o Neuroticismo, tendo sido este último resultado também verificado por Seisdedos (1996). No estudo levado a cabo por McCrae e Costa (1983), apurou-se que quando as pontuações foram corrigidas com recurso a medidas de desejabilidade social (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* e Escala L do *Eysenck Personality Inventory*), verificou-se um decréscimo do coeficiente de validade do *NEO-Inventory*. McCrae e Costa (1983), Ones, Viswesvaran e Reiss (1996) e Smith e Ellingson (2002)

reforçam a ideia das falhas empíricas e conceptuais das escalas de desejabilidade social, já que com a eliminação dos efeitos da distorção intencional das respostas, as correções para a desejabilidade social deveriam produzir pontuações com maior validade de constructo e, conseqüentemente, melhores descrições de traços de personalidade, o que não foi observado (McCrae & Costa, 1983).

Ellingson, Sackett e Hough (1999) procuraram verificar se estas correções baseadas em medidas de desejabilidade social são ferramentas úteis para controlar a influência de uma distorção intencional das respostas. Neste sentido, os resultados sugeriram que uma correção com base na desejabilidade social é ineficaz e falha na apresentação de uma pontuação corrigida que se aproxime das respostas honestas.

Barrick e Mount (1996), numa outra pesquisa, verificaram que tanto o autoengano como a gestão de impressão se correlacionam com traços de personalidade e que, o controlo da DS em cada uma destas dimensões não modificou os coeficientes encontrados, convergindo com os resultados obtidos por McCrae e Costa (1983). Estas correlações mostram que determinados traços, sobretudo aqueles com ênfase no ajuste social do indivíduo, estão diretamente correlacionados com a desejabilidade social (Edwards, 1990). Como tal, as escalas de desejabilidade social não seriam um bom método para detetar ou controlar o *faking* na avaliação da personalidade (MacCann, Ziegler & Roberts, 2012). Todavia, Paulhus (1991) defende que o recurso a estas escalas se prende, precisamente, com a avaliação das diferenças individuais consistentes (estilos de resposta). Em 2002, Paulhus reúne evidência de que o enviesamento de resposta se distingue do conteúdo das dimensões da personalidade, o que é apoiado pelos estudos de Holden e Passey (2010). A forma como a desejabilidade social se relaciona com outras variáveis da personalidade não produz uma resposta linear, sendo este um tema onde não existe consenso. Estas dificuldades continuam a subsistir devido ao facto de o constructo em causa não ser, teoricamente, livre de discussão (Holden & Passey, 2009).

Foram ainda encontradas correlações entre a DS e outros constructos, nomeadamente a religiosidade, que se mostrou diretamente correlacionada com a gestão de impressão (Lewis, 2000) e a ansiedade, com Seisdedos (1996) a registar que os indivíduos com pontuações elevadas na gestão de impressão tentam esconder os seus traços de personalidade ansiosos. Oliveira (2013) analisou possíveis diferenças na DS em função do género, idade e escolaridade, tendo os resultados obtidos apontado para ausência de diferenças na variável género, embora Gooden e Struble (1990) tenham assinalado uma tendência para níveis mais elevados de DS no sexo feminino, enquanto Seol (2007) encontrou valores mais elevados nos homens. Oliveira (2013) verificou níveis mais elevados de DS em indivíduos com mais idade e uma menor DS nos sujeitos com níveis de escolaridade superiores, enquanto Andrews e Meyer (2003) referem a ausência de influência significativa desta variável na desejabilidade social.

1.2. Avaliação da Desejabilidade Social

A desejabilidade social tem sido tão amplamente difundida que a maior parte dos inventários de personalidade já incluem medidas de desejabilidade social (Paulhus, 1991). No entanto, pouca investigação tem sido realizada no sentido de esclarecer melhor as medidas já existentes, pois na maior parte das vezes estas são incorporadas num determinado instrumento, com o objetivo de validar os resultados obtidos (Paulhus, 1991). Assim, parece pertinente o desenvolvimento e o estudo de medidas de desejabilidade social úteis no processo de avaliação psicológica.

É fundamental referir as diversas pesquisas desenvolvidas no sentido de controlar o efeito da desejabilidade social e de avaliar as propriedades dos instrumentos, designadamente: a) os estudos que envolvem as escalas de personalidade, como o Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota – 2 (MMPI-2; Hathaway & McKinley, 1989; adaptação portuguesa de Silva, Novo, Prazeres, & Pires, 2006) e o Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; S. Eysenck, H. Eysenck, & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2014) que contêm escalas de mentira que permitem identificar os indivíduos pelas suas pontuações altas, corrigi-las, simplesmente registar a eventual influência da desejabilidade social ou até mesmo invalidar a interpretação dos resultados obtidos; b) recorrer a correlações estatísticas entre um instrumento de avaliação psicológica e medidas de desejabilidade social (Furnham, 1986); c) realizar análises estatísticas item a item, verificando se alguns itens são mais suscetíveis a este tipo de distorção de resposta (Paulhus, 1991).

Ao longo dos anos diversos instrumentos foram concebidos com o objetivo de identificar os efeitos da desejabilidade social no processo de avaliação, principalmente quando falamos das dimensões de personalidade (Salgado, 2005). A maior parte destes foram construídos utilizando como base o Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI) (Salgado, 2005). Hathaway e McKinley (1999) construíram duas escalas que pretendem detetar distorções nas respostas ao inventário de personalidade: a escala K, que mede o enviesamento negativo, onde o sujeito apresenta uma imagem pobre de si mesmo, e a escala L, que avalia os enviesamentos positivos, caracterizados pela tendência dos sujeitos para apresentarem uma boa imagem de si próprios. Na sequência da investigação com o MMPI, Gough (1987) incorporou no seu questionário de personalidade uma escala que denominou de *Good Impression Scale* (Escala de Boa Impressão/Imagem), com o objetivo de medir a desejabilidade social, focando-se no enviesamento positivo de resposta. Também Eysenck (1964) incluiu uma medida da desejabilidade social no seu instrumento de avaliação da personalidade, *Eysenck Personality Inventory* (EPI). Em 1957, Edwards construiu uma escala especificamente dirigida para a DS, a *Edwards Social Desirability Scale*, a partir dos itens do Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI), que avalia, principalmente, aspetos psicopatológicos (Edwards, 1990). No entanto, estes itens colocam algumas

questões, nomeadamente o facto de as pontuações elevadas na medida de DS poderem indicar uma baixa incidência de sintomas psicopatológicos e não a necessidade dos indivíduos se apresentarem de maneira favorável.

Em 1960, Crowne e Marlowe propõem a *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (MCSDS) como alternativa à escala de Edwards. Para clarificar o constructo e evitar ambiguidades inerentes ao modelo do desvio estatístico, Crowne e Marlowe (1960) defenderam a necessidade de construção de uma escala de DS que se distanciasse deste modelo psicométrico e da concepção proposta por Edwards. Os autores construíram a MCSDS (Crowne & Marlowe, 1960) com o objetivo de que os itens que a constituem fossem independentes da psicopatologia, que descrevessem comportamentos considerados socialmente desejáveis mas pouco frequentes, e comportamentos indesejáveis mas frequentes.

Posteriormente, Cattell incluiu no seu questionário de autorrelato de personalidade, o Questionário de Personalidade 16PF (Cattell, Cattell, & Cattell, 1999), uma escala com o objetivo de avaliar a DS que denominou de *Positive Motivational Distortion Scale* (Escala de Distorção Motivacional Positiva) e ainda a escala de DS que é parte integrante do *Occupational Personality Questionnaire* (SHL, 1999).

Todas as medidas anteriormente referidas têm em comum o facto de terem sido construídas considerando a DS como um constructo unidimensional, o que se traduz em escalas que avaliam apenas uma dimensão ou fator. No entanto, com o modelo proposto por Paulhus (1991), esta visão foi-se alterando, sendo atualmente aceite que a desejabilidade social compreende várias dimensões e pode apresentar-se de diversas formas, caracterizando-se como multidimensional (Leary & Kowalski, 1990; Oliveira, 2012; Salgado, 2005; Sackeim & Gur, 1979). Na prática, esta concepção reflete-se na existência de instrumentos que compreendem várias dimensões. O *Balanced Inventory of Desirable Responding* (BIDR, Paulhus, 1984, 2002) é um dos inventários de desejabilidade social mais populares (Salgado, 2005) que contém 40 itens, divididos por duas subescalas de 20 itens cada, que pretendem avaliar as duas dimensões da desejabilidade social propostas pelo autor no seu modelo conceptual: a) *The Balanced Inventory of Desirable Responding Self-Deceptive Enhancement Scale* que reflete o enviesamento inconsciente associado a uma falta de *insight* e a uma confiança narcísica; b) *The Balanced Inventory of Desirable Responding Impression-Management Scale* organizada com a intenção de medir o *faking*, mentira e dissimulação (Holden & Passey, 2009; Leary, 1995).

Paulhus (1991) sugere que, como as medidas de DS são frequentemente construídas e/ou adaptadas com o intuito de serem incorporadas num determinado instrumento, estas podem ser menos eficientes quando separadas do instrumento principal onde se integram, uma vez que o objetivo principal das mesmas é atribuir validade às respostas do indivíduo (como é o caso das escalas de validade do MMPI).

Segundo King e Bruner (2000) existe uma maior probabilidade para se dar respostas socialmente desejáveis quando se avaliam tópicos sociais

sensíveis, nomeadamente as questões de saúde, finanças, padrões de votação, atitudes sociais (Mortel, 2008) e uso ilícito de drogas (Tourangeau & Yan, 2007, como citados em Mortel, 2008). Furnham (1986) defende que, quando o instrumento utilizado se destina à medição de um traço ou comportamento que é pouco familiar ao público em geral, então é improvável que os indivíduos distorçam as suas respostas no sentido de se apresentarem de modo socialmente desejável, pois desconhecem a dimensão que está a ser avaliada.

Relativamente ao modo como se processa a administração de instrumentos de avaliação psicológica, esta parece ser menos suscetível à desejabilidade social quando é realizada *online*, presumivelmente pela maior sensação de anonimato que as pessoas têm na informação dada através da internet (Wiseman, 1972, como citado em Paulhus, 1991). De acordo com Stodel (2015), a presença do avaliador nas entrevistas individuais potencia a gestão de impressão, de modo que os indivíduos tentam causar uma boa impressão perante o outro, respondendo de modo socialmente mais desejável. No entanto, Martin e Nagao (1989) e Paulhus (1991) destacam que a avaliação através do computador apresenta menos respostas socialmente desejáveis quando comparada com entrevistas realizadas pessoalmente, mas maiores índices de DS quando comparada com os testes em papel. Risko, Quilty, e Oakman (2006), que procuraram testar a hipótese de que os sujeitos tendem a adotar respostas socialmente menos desejáveis quando preenchem questionários de autorrelato via internet relativamente ao preenchimento “em laboratório”, verificaram que os questionários preenchidos *online* não apresentam menores valores de DS quando comparados com os preenchidos em contexto de avaliação. Estes resultados foram também corroborados por Gosling, Vazire, Srivastava, e John (2004).

A recolha de dados biográficos através da entrevista é uma abordagem útil na gestão da influência da desejabilidade social (Shaffer, Saunders, & Owens, 1986, como citados em Paulhus, 1991), visto que o que é reportado diz respeito a factos verificáveis e concretos. Stodel (2015) considera que quando é fornecida aos indivíduos a oportunidade de analisarem a sua resposta aos itens, existe uma maior probabilidade de essa mesma resposta ser ajustada no sentido do que é aceitável em detrimento daquilo que corresponde à realidade. Assim, este autor sugere como forma de diminuir a desejabilidade social o aumento da carga cognitiva inerente aos itens dos testes, impedindo o indivíduo de analisar as questões a que responde e conferir as respostas dadas em situação de autorrelato com informação externa (Paulhus, 1991).

II - Objetivos

A presente investigação pretende analisar as qualidades psicométricas de dois instrumentos que visam avaliar a desejabilidade social, a EDS-20 e a DESCA, numa amostra forense.

Assim, os objetivos específicos que orientam o presente trabalho são:

- a) Analisar a consistência interna da EDS-20 e da DESCA;
- b) Analisar a validade convergente (da EDS-20 e da DESCA com a escala L do EPQ-R) e a validade divergente (da EDS-20 e DESCA com as restantes escalas do EPQ-R);
- c) Avaliar a validade discriminante de cada um dos instrumentos entre a amostra forense e uma amostra da população geral.

III - Metodologia

3.1. Amostra

A amostra forense é constituída por 45 participantes, 71.1% ($n = 32$) recolhidos no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses – Delegação Centro (INMLCF) e 28.9% no Centro de Prestação de Serviços à Comunidade da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (CPSC) ($n=13$). Do total dos participantes que compõem a amostra forense, 66.7% ($n = 30$) estavam envolvidos em Processos de Responsabilidades Parentais (Alteração, Regulação ou Incumprimento), 10 (22.2%) em Processos de Promoção e Proteção e 2 (4.4%) em Processos-crime de abuso sexual.

Relativamente à variável género, 22 participantes (48.9%) são do sexo feminino e 23 (51.1%) do sexo masculino (ver Tabela 1). As idades dos participantes situam-se entre os 19 e os 57 anos de idade, sendo a média de 37.81 ($DP = 9.038$).

No que diz respeito ao estado civil, 53.3% ($n = 24$) dos participantes encontram-se divorciados e 33.3% ($n = 15$) são solteiros. Considerando a existência ou não de filhos, 40 participantes têm filhos (88.9%), mais especificamente: 42.2% dos participantes ($n = 19$) tem um filho e 31.1% ($n = 14$) tem dois filhos.

Quanto ao nível de escolaridade, 17 (37.8%) participantes concluíram o ensino secundário (12º ano de escolaridade) e 11 (24.4%) o 3º ciclo do ensino básico, enquanto 4.4% ($n = 2$) tem o 1º ciclo. Relativamente à atividade profissional, 20% ($n = 9$) dos participantes desempenham funções das Profissões Intelectuais e Científicas², 17.8% ($n = 8$) encontram-se Desempregados e 15.6% ($n = 7$) são Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Proteção e Vendedores. Registou-se igual percentagem, 15.6% ($n = 7$), para os Trabalhadores não qualificados (ver Tabela 1). Em relação à área de residência, mais de metade dos participantes ($n = 23$) habita em meio urbano, perfazendo 51.1%, 26.7% ($n = 12$) residem no perímetro urbano e 22.2% ($n = 10$) no meio rural.

² Segundo a Classificação Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2011)

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra forense

Variáveis		<i>n</i>	%	<i>M</i> (<i>DP</i>)	Amplitude
Sexo	Feminino	22	48.9		
	Masculino	23	51.1		
Idade				37.81 (9.038)	19 - 57
Estado Civil	Solteiro	15	33.3		
	Casado	6	13.3		
	Divorciado	24	53.3		
Processos	Regulação das Responsabilidades Parentais	30	66.7		
	Promoção e Proteção Abuso Sexual de Crianças	10	22.2		
		2	4.4		
Filhos	Sim	40	88.9		
	Não	5	11.1		
Número de Filhos	0	4	8.9		
	1	19	42.2		
	2	14	31.1		
	3	4	8.9		
	4	3	6.7		
Escolaridade	1º Ciclo	2	4.4		
	2º Ciclo	3	6.7		
	3º Ciclo	11	24.4		
	Secundário	17	37.8		
	Licenciatura/ Bacharelato Mestrado	7 5	15.6 11.1		
Atividade Profissional	Representantes do poder legislativo e de órgãos Científicos e Intelectuais	6	13.3		
	Técnicos e Profissões de nível intermédio	9	20.0		
	Pessoal Administrativo	3	6.7		
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e vendedores	1	2.2		
	Trabalhadores qualificados da indústria	7	15.6		
	Trabalhadores não qualificados	3	6.7		
	Desempregados	7	15.6		
	Estudantes	8	17.8		
		1	2.2		
Área de Residência	Rural	10	22.2		
	Medianamente Urbana	12	26.7		
	Urbana	23	51.1		
Instituição de Recolha	INMLCF	32	71.1		
	CPSC	13	28.9		

A amostra da população geral utilizada na análise da validade discriminante é constituída, no total, por 58 sujeitos, 31 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. Observando o valor relativo ao teste de Qui-Quadrado [$\chi^2 = 0.475$ (1), $p = .491$] para esta variável (Tabela H1, Anexo), não se rejeita a hipótese de independência das duas variáveis, ou seja, não existem

distribuições estatisticamente significativas entre as duas amostras considerando a variável género. Para a variável atividade profissional, o nível de significância associado ao teste do Qui-Quadrado por simulação Monte Carlo ($\chi^2 = 3.875$ (8), $p = .868$, 99% IC [.877, .893]) é também indicador da ausência de diferenças estatisticamente significativas nas distribuições entre as duas amostras (Tabela H2, Anexo). O valor do Qui-Quadrado com simulação Monte Carlo para a variável anos de escolaridade ($\chi^2 = 8.070$ (5) $p = .152$, 99% IC [.145, .163]) aponta para a equivalência das distribuições entre as duas amostras (Tabela H3, Anexo). Relativamente à variável idade, o teste *t-student* para amostras independentes ($t = .080$ (99), $p = .936$, 95% IC [-3.598, 3.901]) mostra que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as amostras. Conclui-se então que as duas amostras são equivalentes a nível destas características sociodemográficas (Marôco, 2007).

3.2. Instrumentos

Para a realização do presente estudo foi organizado um protocolo constituído por um questionário de recolha de dados sociodemográficos e três escalas de autorrelato, nomeadamente a EDS-20, a DESCA e o EPQ-R. Os instrumentos foram aplicados segundo a ordem pela qual são, seguidamente, descritos.

3.2.1. Questionário de Dados Sociodemográficos

Este questionário pretendeu recolher informação relativa à idade, sexo, actividade profissional, nível de escolaridade, estado civil, indicação referente à existência ou não de filhos e zona de residência. Para a amostra forense este questionário incluiu ainda a recolha de informação relativa ao tipo de processo em que o participante esteve envolvido, o motivo do pedido e a instituição onde foi recolhido o protocolo (ver Anexo A).

3.2.2. Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Simões, Almiro, & Sousa, 2014)

A EDS-20 foi construída por Simões, Almiro e Sousa (2014) e é uma medida de autorrelato da desejabilidade social com 20 itens, de resposta dicotómica “Sim” ou “Não”. Contém itens com cotação invertida. A EDS-20 está direcionada para indivíduos com mais de 16 anos e foi construída para fins de investigação e avaliação psicológica na comunidade e também nos contextos clínico e forense. A EDS-20 dispõe de normas para a população geral considerando as variáveis género e idade e para o contexto forense (Almiro et al., 2016).

A primeira versão da escala denominou-se Escala de Desejabilidade

Social de Coimbra (EDSC), continha 22 itens e foi, posteriormente, atualizada para a EDS-20. Esta escala foi construída a partir de dois dos instrumentos mais utilizados no domínio da avaliação da personalidade em diversos contextos: a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS, Marlowe & Crowne, 1960; Almiro, Simões, & Sousa, 2012) e a escala de Mentira (escala L) do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R, S. Eysenck, H. Eysenck, & Barrett, 1985; versão portuguesa Almiro & Simões, 2014).

Para a construção da escala os autores revelaram especial preocupação com dois aspetos: a) deveria apresentar uma extensão reduzida, para que facilmente pudesse ser incorporada nos diversos protocolos de avaliação psicológica; e b) deveria ter uma comprovada unidimensionalidade, ultrapassando assim as limitações³ da MCSDS. A EDS-20 apresenta bons índices de validade e precisão ($\alpha = .85$), unidimensionalidade corroborada, bem como independência de todos os itens que a compõem (Almiro et al., 2016).

3.2.3. Escala de Desejabilidade Social (DESCA; Alberto, Oliveira, & Fonseca, 2012)

A Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) foi construída por Alberto, Oliveira, e Fonseca, em 2012, partindo da necessidade de se avaliar a DS no contexto forense, nomeadamente na área da parentalidade (Processos de Regulação do exercício das responsabilidades parentais e Processos de Promoção e Proteção da Criança). Para a sua construção foram analisados itens pertencentes a escalas de DS já existentes: escala L do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; S. Eysenck, H. Eysenck, & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2014); *The Social Desirability Scale-17* (SDS-17; Stöber, 1999, 2001) e MCSDS (Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2012). Contudo, os autores optaram pela não repetição de itens já existentes noutras escalas.

A versão final da DESCAs é constituída por 21 itens cotados numa escala de *Likert* de 1 (“Discordo Completamente”) a 4 (“Concordo Completamente”) pontos, procurando evitar respostas neutras, de não compromisso, e sendo considerada uma escala pequena, de simples cotação e fácil compreensão (Oliveira, 2013). A escala contém itens de cotação invertida.

Os estudos de validação da escala para a população portuguesa realizados por Oliveira (2013) indicaram uma estrutura fatorial constituída por três fatores: *Busca de Aprovação Social* (BAS), *Gestão de Imagem Social* (GIS) e *Dependência Relacional* (DR), ou seja, a DESCAs pressupõe uma concetualização multifatorial da DS. Os fatores BAS e GIS apresentaram valores de consistência interna adequados de $\alpha = .799$ e α

³ Uma das limitações da MCSDS advém da multidimensionalidade reportada por vários autores (Barger, 2002; Leite & Beretvas, 2005).

=.767, respetivamente. Já o fator DR apresentou um valor baixo de consistência interna de $\alpha = .609$. A escala total apresentou qualidades psicométricas razoáveis, uma vez que registou um coeficiente de consistência interna de $\alpha = .757$ e um coeficiente de precisão teste-reteste para um mês de intervalo de $r = .749$. Da análise da validade convergente, a DESCA apresenta correlações fracas com a escala L do EPQ-R e com a MCSDS. Quanto à validade divergente, o fator DR registou uma correlação positiva moderada com a dimensão *Neuroticismo* do EPQ-R. Foram ainda encontradas diferenças nos resultados da DESCA em função da idade, sendo que os participantes mais velhos pontuaram mais na escala total, e ao nível da escolaridade, indicando que os participantes com nível de escolaridade superior registam pontuações inferiores no fator BAS (Oliveira, 2013).

3.2.4 Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; S. Eysenck, H. Eysenck, & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2014)

O EPQ-R (*Eysenck Personality Questionnaire – Revised*) foi construído no sentido de ultrapassar as limitações⁴ identificadas na anterior versão da escala de *Psicoticismo* do EPQ. A versão portuguesa do EPQ-R (EPQ-R; Almiro & Simões, 2014) baseia-se no Modelo P-E-N (*BigThree*) e avalia três dimensões fundamentais da personalidade: *Psicoticismo* (P), *Extroversão* (E) e *Neuroticismo* (N). O questionário é composto por 70 itens de resposta dicotómica (sim/não), com alguns itens cotados de modo inverso e distribuídos por quatro escalas independentes: N (23 itens), E (20 itens), P (9 itens) e uma escala de Mentira- L (*Lie*, com 18 itens).

Os estudos de adaptação para a população portuguesa foram desenvolvidos por Almiro (2013) com uma amostra nacional constituída por 1689 sujeitos. Foram estabelecidas normas para a população geral e para amostras clínica e forense (N=85 com Processos de Promoção e Proteção, Regulação das Responsabilidades Parentais e Violência Doméstica). Relativamente à validade de constructo, a estrutura fatorial original foi replicada, tendo sido obtida uma solução de quatro fatores (N, E, P, L) e as correlações (r de Pearson) entre os fatores do EPQ-R são fracas ou nulas (entre $-.20$ e $.23$), o que indica uma independência dos mesmos (Almiro & Simões, 2014). Quanto à precisão, os fatores apresentam coeficientes de consistência interna de $\alpha = .87$ para N, $\alpha = .83$ para E, $\alpha = .55$ para P e $\alpha = .78$ para L. No teste-reteste, indicador da estabilidade temporal das respostas, os índices obtidos para todos os fatores são adequados (Almiro & Simões, 2014). O constructo de desejabilidade social, mensurado pela escala L, apresentou uma correlação $r = .74$ com a MCSDS. Foi ainda observado que os participantes mais velhos pontuavam mais na escala L (Almiro, 2013). A escala L reveste-se de particular importância no âmbito forense, pois possibilita uma distinção entre indivíduos que enviasam as suas respostas e

⁴ Estas limitações dizem respeito a fiabilidade reduzida, baixa amplitude e inadequada distribuição das pontuações (Almiro & Simões, 2014).

aqueles que apresentam um nível adequado de desejabilidade social.

3.3 Procedimentos

Os dados da amostra forense foram recolhidos em duas instituições no âmbito de estágios curriculares, no Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses – Delegação Centro (INMLCF) e no Centro de Prestação de Serviços à Comunidade da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (CPSC).

A recolha do protocolo na amostra forense esteve integrada no processo regular de avaliação psicológica no âmbito da assessoria aos tribunais, pelo que seguiu os procedimentos habituais deste contexto nas duas instituições em questão (INMLCF e CPSC). Os dados resultam de três tipos de processos: Processos de Promoção e Proteção, Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais (Alteração, Regulação e Incumprimento) e Processos-crime em fase de inquérito, referentes a abuso sexual de crianças.

A amostra da população geral, usada para avaliar a capacidade discriminante das escalas, foi selecionada a partir de uma amostra alargada recolhida pelo método de amostragem não probabilística (amostragem de conveniência), de forma a ter características sociodemográficas equivalentes às da amostra forense recolhida.

Na amostra da população geral, a pesquisa foi apresentada aos participantes incluindo informação sobre os objetivos do estudo e esclarecimentos referentes ao protocolo. Foi explicado aos participantes que a sua colaboração era voluntária, anónima e confidencial, sendo atribuído um código de identificação do protocolo e os dados seriam tratados em base de dados de forma global e não individual. Após esta informação, foi solicitada a colaboração, obtido o consentimento informado e preenchido o questionário sociodemográfico. Seguidamente, os participantes responderam ao protocolo de avaliação que, para além do método tradicional de papel e lápis, esteve também disponível *online*, através do *Google Forms*. Por uma questão de salvaguarda dos instrumentos de avaliação psicológica utilizados, no preenchimento *online*, o acesso ao protocolo era negado após um determinado número de tempo (estimado através do tempo de aplicação de cada instrumento) e exigia que o participante possuísse uma conta *gmail* associada, para que fosse realizado apenas um preenchimento por sujeito (neste caso, por conta).

Todos os dados recolhidos foram inseridos no programa IBM-SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 22.0 para *Windows*, através do qual foram realizadas as análises estatísticas.

IV – Resultados

4.1. Estudos de Precisão

A análise da consistência interna da EDS-20 na amostra forense, determinada pelo coeficiente alfa de *Cronbach*, registou um valor de $\alpha = .80$, considerado por DeVellis (1991) como um indicador “muito bom” de fiabilidade e por Pestana e Gageiro (2005) como “bom”. Estes resultados vão ao encontro dos estudos realizados anteriormente, onde a precisão da EDS-20 foi de $\alpha = .82$ e, pelo método de bipartição, o valor do coeficiente de Guttman foi, igualmente, de .82. Todos os valores referidos anteriormente conferem uma fiabilidade adequada ao instrumento em questão (Nunnally, 1978).

Relativamente à relação entre cada item e a escala total (Tabela B1, Anexo), os itens 4 ($r = .079$) e 5 ($r = .193$) são os que apresentam coeficientes de correlação mais baixos, sendo que todos os outros itens registam uma correlação bisserial-pontual corrigida acima dos .200, valor que é considerado moderado por Nunnally (1978). Importa destacar o item 14, que apresenta a maior correlação com o total da escala ($r = .536$).

Analisando as estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala, verifica-se que as médias das pontuações para cada item situam-se entre 0.39 ($DP = 0.49$, para os itens 1 e 13) e 0.98 ($DP = 0.15$, para o item 17). Os itens que registaram maior média foram o 17, o 5 e o 16 (ambos com $M = 0.93$, $DP = 0.255$), o 18 ($M = 0.89$; $DP = 0.321$) e o 2 ($M = 0.86$, $DP = 0.347$), refletindo a tendência dos participantes para fornecer respostas socialmente desejáveis nestes itens. Por outro lado, aos itens 1 e 13, os participantes da amostra forense tendem a não responder de forma socialmente desejável.

Para o total da EDS-20 obteve-se um valor de $M = 13.93$ ($DP = 3.84$) (Tabela B2, Anexo), próximo do valor obtido por Almiro et al. (2016), $M = 12.21$ ($DP = 4.87$), para o contexto forense.

Para a escala DESCA, o coeficiente de consistência interna obtido (alfa de *Cronbach*) na amostra forense foi de $\alpha = .765$, um valor considerado “razoável” (Pestana & Gageiro, 2005). No estudo de Oliveira (2013), o coeficiente de consistência interna obtido (alfa de *Cronbach*) foi muito semelhante ao acima reportado ($\alpha = .757$).

Na análise da correlação bisserial-pontual corrigida (Tabela C1, Anexo), destaca-se o item 3 pela maior correlação ($r = .731$) com o total da escala e os itens 13 ($r = -.020$), 16 ($r = -.099$) e 19 ($r = -.110$) pelas correlações negativase muito baixas (itens 13, 16 e 19) com a escala total.

No que diz respeito às estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala (Tabela C1, Anexo), as médias variam entre 1.71 ($DP = 0.805$, item 11) e 3.45 ($DP = 0.705$, item 10) sendo que, para além deste último, registaram-se médias mais elevadas nos itens 13 ($M = 3.38$, $DP =$

0.820) e 2 ($M = 2.92$, $DP = 0.997$). A média de resposta à DESCA (pontuação total da escala) foi de 51.166 ($DP = 8.069$) (Tabela C2, Anexo).

Analisando os fatores da DESCA, o fator *Busca de Aprovação Social* apresenta um índice de consistência interna $\alpha = .83$, considerado por Pestana e Gageiro (2005) como “bom”. Este valor é ligeiramente superior ao obtido por Oliveira (2013) cujo coeficiente registado foi de $\alpha = .799$.

Na análise da relação existente entre cada item e a escala total (Tabela D1, Anexo), todos os itens apresentam correlações bisseriais-pontuais corrigidas acima dos .200 e, portanto, adequadas (Nunnally 1978). Destaca-se o item 7 ($r = .748$) por ser o que revelou um valor de correlação mais elevado. O coeficiente de consistência interna (alfa de Cronbach) não aumentaria se qualquer um dos itens fosse eliminado da escala e a média de resposta verificada para este fator foi de 12.86 ($DP = 4.067$) (Tabela D2, Anexo). Tendo em consideração as estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala (Tabela D1, Anexo), destacam-se os itens 6 ($M = 2.18$, $DP = 0.99$), 9 ($M = 2.61$, $DP = 1.02$) e 14 ($M = 2.75$, $DP = 0.991$) pelas médias mais altas.

O fator *Gestão da Imagem Social* apresenta um índice de consistência interna de $\alpha = .541$, considerado “inadmissível” (Pestana & Gageiro, 2005), o que contrasta com os resultados obtidos por Oliveira (2013), que registam um coeficiente de consistência interna de $\alpha = .767$.

Analisando a correlação bisserial-pontual corrigida (Tabela E1, Anexo), o item 3 é o que apresenta maior correlação ($r = .549$), contrastando com o item 13 que apresenta a menor correlação ($r = .012$). O coeficiente de consistência interna deste fator aumentaria para .638 se este último item fosse removido. A média de resposta verificada foi de 13.07 e o desvio-padrão de 2.52 (Tabela E2, Anexo). Quanto às estatísticas descritivas dos itens (Tabela E1, Anexo), o que apresenta a média mais baixa é o 8 ($M = 1.955$, $DP = 0.90$) e o que apresenta média mais elevada é o 10 ($M = 3.44$, $DP = 0.69$).

O fator *Dependência Relacional* é, dos três fatores que compõem a escala, o que apresenta um índice de consistência interna mais baixo ($\alpha = .403$), considerado “inadmissível” (Pestana & Gageiro, 2005). Em estudos anteriores, o valor do coeficiente de consistência interna foi também “fraco”, ainda que superior ao obtido na presente investigação ($\alpha = .609$) (Oliveira, 2013).

Na correlação bisserial-pontual corrigida, todos os itens apresentaram correlações inferiores a .300, à exceção do item 5 cuja correlação com o total da escala é de .403 (Tabela F1, Anexo). O coeficiente de consistência interna aumentaria para .536 se o item 2 fosse removido. A média de respostas a este fator foi de 9.88 e o desvio-padrão de 2.291 (Tabela F2, Anexo). A média de resposta a cada item (Tabela F1, Anexo) que constitui o fator não apresenta uma grande variação, situando-se entre 2.05 (item 5) e 2.93 (item 1).

Considerando os coeficientes de consistência interna obtidos, as análises posteriores centram-se na pontuação total das escalas EDS-20 e

DESCA e no fator BAS, não integrando os fatores GIS e DR da DESCA. Relativamente ao EPQ-R, para a análise da validade divergente, também não foi utilizado o fator P (*Psicoticismo*) por ter registado um coeficiente de consistência interna de $\alpha = .36$.

4.2. Estudos de Validade

Para a análise da validade convergente (Tabela G1, Anexo) na amostra forense, correlacionou-se a DESCA e a EDS-20 com a escala L do EPQ-R (Almiro & Simões, 2014) que a literatura tem apontado como medidas da DS. O coeficiente de correlação entre a DESCA e a *Escala L* do EPQ-R foi “muito baixo” e não significativo (Pestana & Gageiro, 2005). O fator *Busca de Aprovação Social* apresenta uma correlação não significativa e considerada “baixa” por Pestana e Gageiro (2005) com a *Escala L* do EPQ-R. Por sua vez, o coeficiente de correlação entre a EDS-20 e a *Escala L* do EPQ-R ($r = .892$; $N = 41$; $p < .001$) é “alto” (Cohen, 1988). A DESCA e a EDS-20 apresentam uma correlação “fraca” segundo Marôco (2001) e não significativa.

Relativamente à validade divergente, na DESCA (Tabela G1, Anexo), o coeficiente de correlação desta última com a dimensão *Neuroticismo* do EPQ-R foi de $r = .699$ ($N = 40$; $p < .001$), o que constitui uma correlação estatisticamente significativa, positiva e “forte” (Marôco, 2011). Também o fator da DESCA, *Busca de Aprovação Social* apresenta uma correlação estatisticamente significativa, elevada e positiva com esta dimensão do EPQ-R ($r = .562$; $N = 41$; $p < .001$). A EDS-20 regista uma correlação não significativa, negativa e baixa com a dimensão *Neuroticismo* do EPQ-R. A dimensão *Extroversão* do EPQ-R obteve uma correlação não significativa tanto com a DESCA como com a EDS-20. Por sua vez, a dimensão *Extroversão* do EPQ-R apresenta uma correlação estatisticamente significativa, moderada e negativa com o fator *Busca de Aprovação Social* da DESCA ($r = -.359$; $N = 42$; $p = .019$) (Marôco, 2011).

4.3. Análise da Validade Discriminante da EDS-20 e da DESCA considerando a amostra forense e uma amostra da população geral

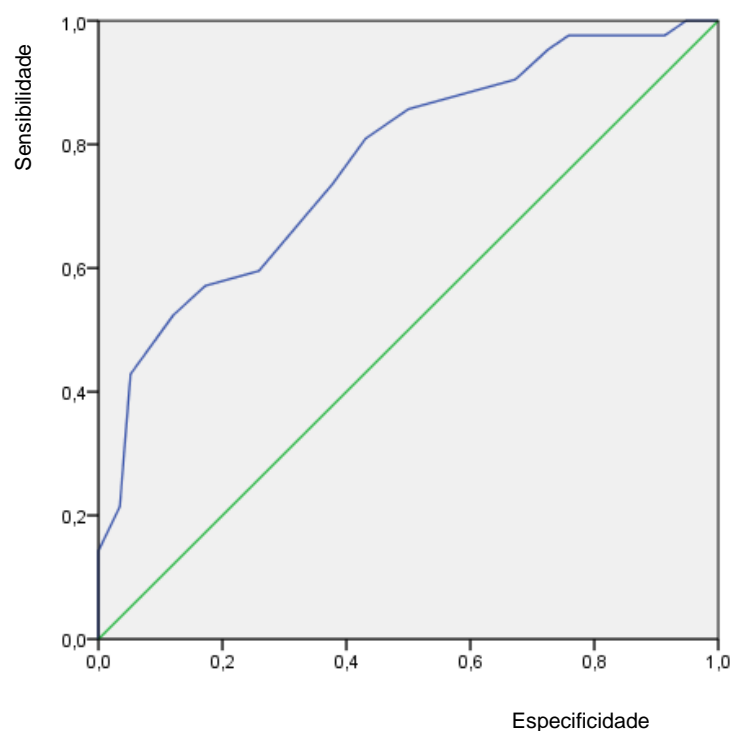
De modo a averiguar se os resultados obtidos nos instrumentos pela amostra forense e pela amostra da comunidade diferem significativamente aplicou-se o teste *t-student* para amostras independentes (Tabela II, Anexo). Para a escala EDS-20, o teste de Levene para a homogeneidade das variâncias apresenta um nível de significância de .731, e portanto não significativo, pelo que concluímos que as variâncias são homogêneas (Marôco, 2007). Obteve-se um valor de ($t(98) = -5.245$, $p < .000$, 95% IC [-5.845, -2.636]), evidenciando que as médias de resposta à EDS-20 nas duas amostras são significativamente diferentes. Ainda relativamente à EDS-20, a média da amostra forense foi superior ($M = 13.81$, $DP = 3.846$) à da amostra

da população geral ($M = 9.57$, $DP = 4.092$). Para o resultado total da DESCA, sendo o nível de significância de .716 para o teste de Levene e portanto, não significativo, concluímos pela existência de homogeneidade das variâncias (Marôco, 2007). O teste *t-student*, que regista um valor de ($t(94) = -1.471$ $p = .145,95\%$ IC [-4.098, .730]), indica a ausência de diferenças significativas nas médias de resposta das duas amostras. No que diz respeito ao fator *Busca de Aprovação Social* da DESCA, o teste de Levene indicou que as variâncias não são homogêneas ($p = .041$) (Marôco, 2007). Também para este fator não foram encontradas diferenças significativas nas médias de resposta dos dois grupos ($t(72.945) = -.538$, $p = .592$, 95% IC [-1.904, 1.904]).

Com vista a avaliar a capacidade de cada escala para discriminar os sujeitos da amostra da comunidade dos sujeitos da amostra forense foi utilizada a análise da curva de ROC⁵ (*Receiver Operating Characteristic*), tendo como referência na variável estado a amostra forense. Para a EDS-20, a área da curva de ROC obtida é de .772 ($p < .001$, IC 95% [.678, .865]) (Tabela 2 e Gráfico 1), o que aponta para uma capacidade discriminativa aceitável (Hosmer & Lemeshow, como citado em Marôco, 2007).

Tabela 2. Área da Curva de ROC para a EDS-20

Área	p	95% IC	
		LowerBound	UpperBound
.772	.000	.678	.865



⁵ Esta curva é uma representação gráfica da probabilidade de detectar o sinal verdadeiro (sensibilidade) e o sinal falso (especificidade), originária da teoria de detecção de um sinal na presença de ruído (Marôco, 2007).

Gráfico 1. Curva de ROC para a EDS-20

Relativamente à DESCA, a área da curva de ROC é de .579 ($p = .188$, 95% IC [.461, .697]) (Tabela 3, Gráfico 2), o que indica, segundo Homer & Lemeshow (como citado em Marôco, 2007), uma capacidade discriminativa fraca da escala. Este resultado é, de certa forma, previsível, uma vez que não foram encontradas diferenças significativas entre as médias das duas amostras.

Tabela 3. Área da Curva de ROC para a DESCA

Área	p	95% IC	
		LowerBound	UpperBound
,579	,188	,461	,697

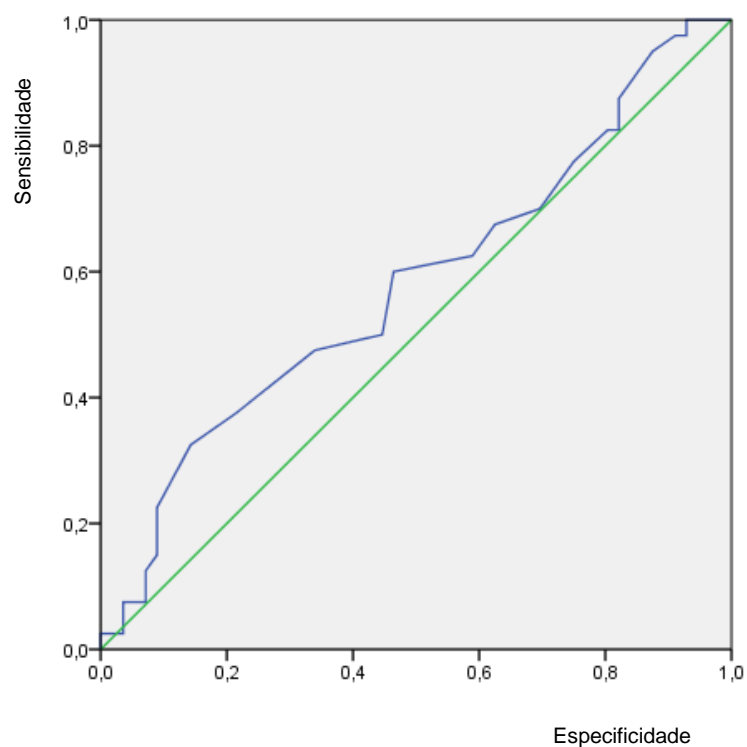


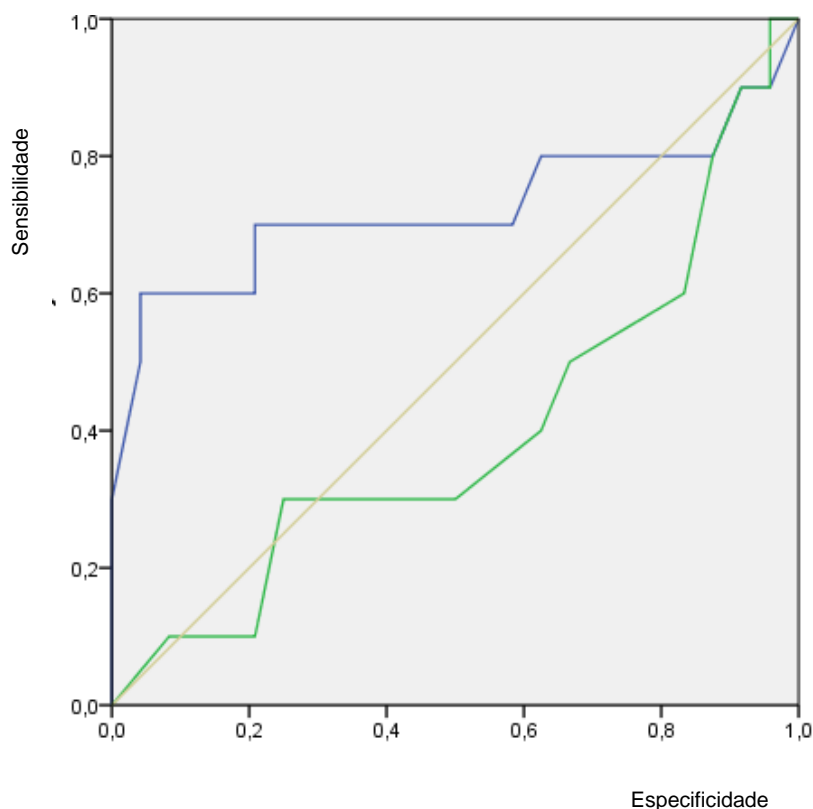
Gráfico 2. Curva de ROC para a DESCA

Aprofundando as análises, considerando os processos da amostra forense, nomeadamente os Processo de Regulação das Responsabilidades Parentais e os Processos de Promoção e Proteção, foi utilizado o teste *t-student* (Tabela I2, Anexo). Para a EDS-20, o teste de Levene indica a homogeneidade das duas variâncias ($p = .125$) (Marôco, 2007). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos dois tipos de processos ($t(35) = .689, p = .495, IC\ 95\% [-1.766, 3.581]$). Para a DESCAs, o teste de Levene também indicou que as duas variâncias são homogêneas ($p = .093$) e verificou-se que os dois grupos apresentam diferenças nas médias de resposta ao instrumento com significado estatístico ($t(35) = -2.908, p = .006, 95\% IC [-10.266, -1.814]$). A DESCAs apresenta uma média superior no grupo dos Processos de Promoção e Proteção ($M = 57.20, DP = 7.829$) em relação ao grupo dos Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais ($M = 51.16, DP = 4.403$). Quanto ao fator *Busca de Aprovação Social* da DESCAs, as variâncias são consideradas homogêneas pelo teste de Levene ($p = .801$) e não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos dois grupos para o referido fator ($t(35) = -1.983, p = .055, 95\% IC [-5.456, .064]$).

Com o objetivo de averiguar a capacidade discriminativa das duas escalas em função dos processos recorreu-se à curva de ROC tendo como referência da variável estado os Processos de Promoção e Proteção (Tabela 4, Gráfico 3), sendo que a área para a EDS-20 é de .398 ($p = .354, 95\% IC [.176, .619]$), o que indica um poder discriminativo fraco (Homer & Lemeshow, como citado em Marôco, 2007). Para a DESCAs, a área da curva de ROC é de .723 ($p = .043, 95\% IC [.485, .961]$), o que indica, segundo Homer e Lemeshow (como citado em Marôco, 2007) uma boa capacidade discriminativa.

Tabela 4. Área da Curva de ROC para a DESCAs e EDS-20 para a variável processos de promoção e proteção

	Área	P	95% IC	
			LowerBound	UpperBound
EDS-20	.398	.354	.176	.619
DESCAs	.723	.043	.485	.961



Nota: linha azul correspondente à DESCA, verde à EDS-20 e a amarelo a linha de referência

Gráfico 3. Curva de ROC para a EDS-20 e DESCA para a variável processos de promoção e proteção

V - Discussão

O estudo da DS e a operacionalização do conceito tem sido amplamente discutido e difundido, constituindo uma preocupação dos investigadores em contexto forense, mas também na prática clínica e na psicologia das organizações e do trabalho (mais especificamente, na área do recrutamento e seleção) (Paunonen & LeBel, 2012). Apesar de ser uma temática muito explorada, as perspetivas apresentadas e as opiniões expressas assumem percursos distintos (Paunonen & LeBel, 2012). Perante o pouco consenso a nível teórico e face à escassez de investigações que visem a análise das qualidades psicométricas dos instrumentos disponíveis para mensurar a deseabilidade social, torna-se fulcral que a temática seja aprofundada, o que motivou e justificou a realização do presente estudo.

Este estudo teve como objetivo central analisar as qualidades psicométricas da EDS-20 e da DESCAs numa mesma amostra forense. A Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20) já tinha apresentado bons índices de precisão (Almiro et al., 2016), que foram corroborados pelo presente estudo ($\alpha = .80$), o que traduz qualidade suficiente para a sua aplicação em contexto de avaliação forense. Na análise da relação de cada item com a escala total da EDS-20, a maioria dos itens apresenta correlações aceitáveis com a escala total, uma vez que correlações entre .20 e .40 já são consideradas adequadas, e indicam uma convergência dos itens da escala (Nunnally, 1978), o que nos leva a concluir que grande parte dos itens da escala estará a avaliar o mesmo constructo, neste caso a desejabilidade social. Importa ainda frisar que a média de resposta a alguns itens (por exemplo os itens 5, 16 e 17) foi alta, o que nos indica uma propensão maior para obterem respostas socialmente desejáveis. Para além da média de resposta à escala ser convergente com as normas disponibilizadas para o contexto forense (Almiro et al., 2016), ela representa também no presente estudo um nível de desejabilidade social estatisticamente mais elevado do que a amostra da população geral. Esta questão já tinha sido reportada por Almiro (2013), que encontrou valores de desejabilidade superiores em progenitores envolvidos em situação de disputa da custódia parental, em comparação com os da população geral.

Relativamente à DESCAs, no estudo original de validação foram registadas qualidades psicométricas razoáveis, nomeadamente ao nível da precisão (Oliveira, 2013), pelo que os resultados aqui obtidos ($\alpha = .765$) confirmam os já existentes. É importante realçar que na presente investigação a amostra utilizada foi recolhida no contexto forense, enquanto Oliveira (2013) avaliou uma amostra da comunidade, o que pode ter constituído um fator de influência sobre as propriedades do instrumento. A análise da precisão dos fatores revelou algumas fragilidades da *Gestão da Imagem Social e Dependência Relacional* na amostra forense do presente estudo, evidenciando coeficientes de consistência interna que não são aceitáveis ($\alpha = .541$ e $\alpha = .403$, respetivamente), resultando na impossibilidade de os usar, pelas limitações que implicam na sua interpretação. O único fator que apresentou boas qualidades psicométricas foi a *Busca de Aprovação Social* ($\alpha = .83$), que integra itens que apontam para uma necessidade de aprovação social, traduzindo a tendência dos indivíduos se descreverem como agindo em conformidade com aquilo que a sociedade (os outros) e a cultura esperam deles (Marlowe & Crowne, 1961; Oliveira, 2013). Neste sentido, o fator que se destaca representa o conformismo social como indicador da desejabilidade social proposto por Mesmer-Magnus, Vieswesvaran, Deshpande, e Joseph (2003). Este resultado favorece a estrutura tridimensional apresentada por Helmes e Holden (2003) e corroborada por Oliveira (2013), indicando que cada fator da DESCAs mede aspetos diferentes da DS.

Os itens que constituem o fator GIS da DESCAs, caracterizado como a motivação para revelar uma imagem socialmente desejável perante uma

audiência, poderão não medir todos a mesma forma de DS, dado o valor da sua consistência interna. Contudo, tal não significa que os itens não meçam o constructo em causa, podem apenas avaliar diferentes “formas” de desejabilidade social. Este fator é aquele a que Paulhus (1984) atribui o verdadeiro significado de desejabilidade social, evidenciando a tendência dos sujeitos para se apresentarem de modo exageradamente positivo, transmitindo uma imagem exageradamente favorável de si mesmo, que não corresponde à realidade. Esta dimensão foi caracterizada por Paunonen e LeBel (2012) e por Fleming e Zizzo (2011) como uma atitude deliberada para se autopromover.

Também os itens do fator *Dependência Relacional* da DESCAs parecem não medir a mesma dimensão da DS, facto que já tinha sido identificado anteriormente pelo fraco coeficiente de consistência interna nos estudos de Oliveira (2013).

Na validade divergente, nas correlações obtidas entre a DESCAs e os fatores do EPQ-R, registou-se uma correlação forte e significativa entre a dimensão *Neuroticismo* e a DESCAs ($r = .699$), o que indica uma tendência para que quanto maiores os níveis de desejabilidade social, maiores os índices de *Neuroticismo*. O facto de tais correlações existirem contraria McCrae e Costa (1983) e Smith e Ellingson (2002), pois a desejabilidade social distingue-se da avaliação do traço personalístico mas apresenta alguma relação com determinados traços psicológicos. Vejamos o exemplo do *Neuroticismo*, que também apresenta uma correlação elevada e estatisticamente significativa com a *Busca de Aprovação Social* ($r = .562$), e que pode dever-se ao facto de as pessoas que apresentam uma tendência para mostrarem uma personalidade neurótica ou instável evidenciarem mais comportamentos/respostas socialmente desejáveis. A motivação subjacente seria a necessidade de aprovação social, reduzindo a ansiedade associada a avaliações negativas (Gooden & Struble, 1990). Por outro lado, a *Extroversão* está negativamente correlacionada tanto com a DESCAs como com o fator BAS, sendo que com este último fator a magnitude é moderada. Estes resultados podem indicar que as pessoas que tencionam ser aprovadas nas suas ações serão menos expansivas, menos comunicativas ou tenderão a evitar expor a sua verdadeira opinião em situações de socialização.

A correlação elevada e estatisticamente significativa entre a escala L do EPQ-R e a EDS-20 ($r = .892$) pode ser explicada pelo facto de alguns dos itens que compõem esta última escala correspondem a itens da primeira. Estes resultados indicam que ambas as escalas medem o mesmo constructo, o que é suportado pela explicação anteriormente fornecida. No entanto, seria de esperar que existissem maiores correlações entre a escala L do EPQ-R e a DESCAs, o que não se verificou. Uma razão plausível para que tal se tenha verificado prende-se com as múltiplas e diferentes operacionalizações do conceito de desejabilidade social, nomeadamente no que diz respeito ao conteúdo dos itens de cada escala (Paulhus, 1986). Segundo Stober (2001), os itens da escala L do EPQ-R remetem para comportamentos desejáveis/indesejáveis extremos, e por isso mais evidentes no que poderá ser

considerado “desonesto”, indicando uma maior conformidade do que aquela que existe na realidade. O mesmo autor defende que essa escala parece captar dissimulação de sintomas psicopatológicos com o objetivo de fornecer um índice de validade relativamente às respostas fornecidas nas outras dimensões do EPQ-R. Já a DESCa parece direcionar-se para três tipos distintos de desejabilidade social. Para além do conteúdo subjacente aos itens, os resultados obtidos poderão associar-se ao propósito geral de cada escala, o que neste caso diz especificamente respeito à avaliação da desejabilidade social nos seus vários aspetos. A DESCa e a EDS-20, embora se proponham a avaliar o mesmo constructo, diferem em relação ao pressuposto da multidimensionalidade (DESCa) e unidimensionalidade (EDS-20), seguindo diferentes vertentes literárias e, conseqüentemente, destinam-se a mensurar aspetos diferentes do construto geral que é a DS, o que poderá explicar a fraca correlação entre ambas. O facto de as duas escalas apresentarem boas propriedades psicométricas torna-as adequadas para a avaliação da DS em contexto forense, ainda que cada uma possua as suas próprias características.

De um modo geral, é previsível que na população forense o fator que se destaque seja a *Busca de Aprovação Social*, tendo em conta que pressupõe um tipo de desejabilidade social mais inconsciente, que se afasta do conceito de gestão de imagem (por si, mais próximo do fator *Gestão da Imagem Social*) (Paulhus, 1991). Tendo em consideração a amostra utilizada para este estudo, pode-se ponderar que os pais acreditam mesmo que possuem as competências/características que estão a reportar, considerando que fizeram o melhor que lhes era possível em determinado momento e que fazem o melhor pelos seus filhos. Deste ponto de vista, a associação que Oliveira (2013) faz entre os fatores BAS e DR parece ser útil, pois introduz os aspetos relacionais na discussão da desejabilidade social. Perante a necessidade de estruturar um autoconceito positivo, os indivíduos poderão utilizar estratégias, adotando uma atitude defensiva e de proteção, para criar uma imagem favorável de si coincidente com atributos desejados, sendo assim um “auto-engano” inconsciente que estará presente nos fatores BAS e DR (Paulhus, 1984).

Pelo facto de a EDS-20 ter sido desenvolvida com base no pressuposto da unidimensionalidade, ao contrário da DESCa, pode potenciar as suas qualidades psicométricas, justificando a sua maior capacidade para discriminar entre os dois tipos de amostra (forense e população geral). É importante referir também que na amostra forense a média de respostas foi mais elevada, o que corrobora a ideia de Tobin, Seals, e Vicent (2011) de que os sujeitos envolvidos neste contexto apresentam uma maior motivação para se apresentarem de forma socialmente desejável. No entanto, quando falamos de um tipo específico de processos do contexto forense, os Processos de Promoção e Proteção, a DESCa apresenta uma maior capacidade discriminativa quando comparada com a EDS-20. Tal facto vai ao encontro da conceptualização proposta por Oliveira (2013), cujo objetivo era desenvolver uma escala para utilização em contexto forense, e

também à sua estrutura tridimensional que propõe diferentes “formas” de desejabilidade social comumente verificadas em progenitores que realizam avaliação psicológica.

VI - Conclusões

A influência da desejabilidade social na avaliação psicológica forense é suficientemente relevante para suscitar reflexão teórica e investigação empírica, uma vez que coloca em causa a fiabilidade dos resultados obtidos. O Direito da família é uma área onde a motivação para distorcer autorrelatos no sentido de mostrar uma imagem socialmente adequada é acrescida, pois envolve decisões que, em última instância, implicam perda dos filhos. Embora a DESCA constitua um instrumento de medida construído especificamente para utilização forense, seria importante repensar a sua utilização tendo em conta os resultados que aqui foram reportados. Apesar de esta ser uma escala rica, no sentido de providenciar diversas visões do conceito da desejabilidade social (e que se encontram enquadrados no contexto para o qual se destina), parece que alguns itens não estão agrupados de forma adequada (ou seja, não medem a mesma vertente da desejabilidade social). Por outro lado, a EDS-20 possibilita ao avaliador várias interpretações uma vez que, ao ser cotada, não indica nenhum tipo específico de desejabilidade social, ou seja, se é um auto-engano inconsciente por necessidade de aprovação, se é uma gestão consciente e intencional da imagem a mostrar. H. Eysenck e S. Eysenck (1976) adiantam possíveis explicações a considerar quando o nível de DS é elevado: a) o sujeito pode estar a dissimular, deliberadamente, com o objetivo de induzir o avaliador em erro; b) responder de acordo com aquilo que é o seu autoconceito ideal, deixando para trás a sua verdadeira autoavaliação; c) ter fornecido respostas honestas mas imprecisas ou desadequadas ou d) agir, honestamente, de modo conformista em relação às normas sociais. Assim, é primordial que o avaliador esteja atento a outros indicadores de desejabilidade social que não só aqueles que são fornecidos pelos resultados dos instrumentos. Tal como para a avaliação psicológica como um todo, o psicólogo deve formular a sua conclusão acerca da fidedignidade das respostas fornecidas pelo sujeito considerando os dados de observação do comportamento, a informação processual que tem ao seu dispor bem como a entrevista (Simões, 2005). Em qualquer processo de avaliação psicológica, elaborar interpretações com base apenas nos resultados dos testes torna-o limitado e vulnerável a possíveis contestações.

Da análise dos resultados deste trabalho destaca-se a adequação da consistência interna da EDS-20 e da DESCA, permitindo a sua utilização em contexto forense. Quanto à validade divergente de cada uma das duas escalas, as correlações encontradas com as dimensões de personalidade de E e N (Extroversão e Neuroticismo) levam a ponderar que os constructos

analisados não estão associados, constituindo-se como dimensões distintas.

Este estudo comporta algumas limitações fulcrais relacionadas com a amostra que devem ser ponderadas, nomeadamente o reduzido número de participantes ($n = 45$) e a falta de uma medida de avaliação da estabilidade temporal, especificamente o facto de este estudo não dispor de um índice de precisão teste-reteste, o que impediu a obtenção de resultados mais sólidos que pudessem ser analisados em maior profundidade. Esta lacuna ao nível da avaliação da estabilidade temporal poderia ainda revelar-se interessante no sentido de averiguar se a DS se mantém após a conclusão dos Processos que constituem a amostra forense. Neste seguimento, estudos posteriores serão necessários no sentido de aprofundar os resultados encontrados, nomeadamente ao nível dos itens que constituem cada fator da DESCa e da sua consistência interna, e no sentido de clarificar a natureza e o papel da desejabilidade social na avaliação psicológica, enquanto área que ainda carece de clarificação, gerando muita controvérsia.

Dada a importância de se compreender qual o efeito da desejabilidade na avaliação forense, mais precisamente das Responsabilidades Parentais e nos Processos de Promoção e Proteção, mais estudos deverão ser desenvolvidos com esta população. É importante ressaltar que este é um trabalho de carácter exploratório e portanto deve ser considerado como tal, não tendo sido possível retirar conclusões definitivas ou proceder a generalizações dos resultados obtidos.

Bibliografia

- Ackerman, M. J. (2010). *Essentials of forensic psychological assessment* (2.^a ed.). Hoboken, NJ: Wiley.
- Agulhas, R. & Anciães, A. (2014). *Casos práticos em Psicologia Forense – Enquadramento legal e avaliação pericial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Almiro, P.A. (2013). *Adaptação, validação e aferição do EPQ-R para a população portuguesa: Estudos em contextos clínico, forense e na comunidade*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Almiro, P.A., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I.S., Gonçalves, S., Sousa, L.B., & Simões, M.R. (2016, submetido). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M.R. Simões, L.S. Almeida, & M.M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação Psicológica em contextos forenses: Instrumentos validados para Portugal*. Lisboa: Pactor.
- Almiro, P.A., & Simões, M.R. (2014). Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R). In L.S. Almeida, M.R. Simões, & M.M. Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica – Vol. II* (pp.211-229). Coimbra: Edições Almedina.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM- 5^a Edição). Brazil: Artmed Editora.

- Andrews, P., & Meyer, R. G. (2003). Marlowe-Crowne Social Desirability Scale and Short Form C: Forensic Norms. *Journal of Clinical Psychology, 59*(4), 483-492. doi: 10.1002/jclp.10136
- Backstrom, M., & Bjorklund, F. (2013). Social desirability in personality inventories: Symptoms, diagnosis and prescribed cure. *Scandinavian Journal of Psychology, 54*, 152-159.
- Barger, S. D. (2002). The Marlowe-Crowne affair: short forms, psychometric structure, and social desirability. *Journal of Personality Assessment, 79*(2), 286-305.
- Barrick, M., & Mount, M. (1996). Effects of impression management and self-deception on the predictive validity of personality constructs. *Journal of Applied Psychology, 81*, 261-272.
- Castanho, M. J. P., Yamakami, A., Barros, L. C., & Vendite, L. L. (2004). Avaliação de um teste em medicina usando uma curva ROC fuzzy. *Biometria, 14*, 19-28.
- Cattell, R. B., Pierson, G., & Finkbeiner, C. (1976). Aligment of personality source trait factors from questionnaires and observer ratings: The theory of instrument-free patterns. *Multivariate Experimental Clinical Research, 2*, 63-88.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.)*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of Social Desirability independent of Psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349-354.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1964). *The Approval Motive*. New York: John Wiley and Sons.
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: Theory and applications*. London: SAGE.
- Dodaj, A. (2012). Social Desirability and Self-Reports: Testing a Content and Response-Style Model of Socially Desirable Responding. *Europe's Journal of Psychology, 8*(4), 651-666.
- Edwards, A. (1990). Construct Validity and Social Desirability. *American Psychologist, 45*, 287-289.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. (1976). *Psychoticism as a dimension of personality*. London: Hodder and Stoughton.
- Ellingson, J., Sackett, P., & Hough, L. (1999). Social desirability corrections in personality measurement: Issues on applicant comparison and construct validity. *Journal of Applied Psychology, 84*, 155-166.
- Fleming, P., & Zizzo, D. J. (2011). Social desirability, approval and public good contribution. *Personality and Individual Differences, 51*, 258-262. doi: 10.1016/j.paid.2010.05.028
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: Uma breve introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, Taborda-Simões, M. C., & Pinho, M.S. (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 3-23). Coimbra: Almedina.
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation.

- Personality and Individual Differences*, 7, 385-400.
- Gittelman, S., Lange, V., Cook, W. A., Frede, S. M., Lavrakas, P. J., Pierce, C., & Thomas, R. K. (2015). Accounting for Social-Desirability Bias in Survey Sampling: A Model for Predicting and Calibrating The Direction and Magnitude of Social-Desirability Bias. *Journal of Advertising Research*. doi: 10.2501/JAR-2015-006.
- Gooden, W. E., & Struble, K. D. (1990). Perceived parental behavior and the social desirability response set. *Journal of Youth and Adolescence*, 19(6), 605-613.
- Gorman, B. S. (1968) Social Desirability Factors and the Eysenck Personality Inventory. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 69(1), 75-83. doi: 10.1080/00223980.1968.10543451.
- Gosling, S.D., Vazire, S., Srivastava, S., & John, O.P. (2004). Should we trust web-based studies?: A comparative analysis of six preconceptions about internet questionnaires. *American Psychologist*, 59(2), 93-104.
- Gough, H.G. (1987). *Manual: The California Personality Inventory*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Hartshorne, H., & May, M. A. (1928). *Studies in deceit*. New York: Macmillan.
- Hathaway, S. R., & McKinley, J. C. (1999). *MMPI-2: Inventário Multifásico da Personalidade de Minnesota-2*. Madrid: TEA Ediciones.
- Heilbrun, K., Grisso, T., & Goldstein (2009). *Foundations of forensic mental health assessment*. New York: Oxford University Press.
- Helmes, E., & Holden, R. R. (2003). The construct of social desirability: One or two dimensions?. *Personality and Individual Differences*, 34, 1015-1023.
- Holden, R. R., & Passey, J. (2009). Social desirability. In M. R. Leary, & R. H. Hoyle. (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 441-454). New York; London: Guilford.
- Holden, R. R., & Passey, J. (2010). Socially desirable responding in personality assessment: Not necessarily faking and not necessarily substance. *Personality and Individual Differences*, 49, 446-450.
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Classificação Portuguesa das Profissões*. Lisboa, Portugal.
- Johnson, T. P., & Fendrich, M. (2002, May). *A validation of the Crowne-Marlowe Social Desirability Scale*. Annual meeting of the American Association for Public Opinion Research, St. Petersburg, FL.
- King, M. F., & Bruner, G. C. (2000). Social desirability bias: A neglected aspect of validity testing. *Psychology & Marketing*, 17(2), 79-103.
- Leary, M. R. (1995). *Self-Presentation, Impression Management and Interpersonal Behavior*. Brown & Benchmark. U.S.: Dubuque.
- Leary, M.R., & Kowalski, R. M. (1990). Impression Management: A Literature Review and Two-Component Model. *American Psychology Association*, 107(1), 34-47.
- Leite, W., & Beretvas, S. N. (2005). Validation of scores on the Marlowe-Estudios de validação de duas escalas de avaliação da Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense

- Crowne Social Desirability Scale and the Balanced Inventory of Desirable Responding. *Educational and Psychological Measurement*, 65, 140-154.
- Lewis, C. (2000). The religiosity–psychoticism relationship and the two factors of social desirability: A response to Michael W. Eysenck (1999). *Mental Health, Religion & Culture*, 3, 39-45.
- MacCann, C., Ziegler, M., & Roberts, R. R. (2012). Faking in personality assessment: Reflections and recommendations. In M. Ziegler, C. MacCann, & R. D. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 309-344). New York: Oxford University Press.
- Marlowe, D., & Crowne, D.P. (1961). Social desirability and response to perceived situational demands. *Journal of Consulting Psychology*, 25, 109-115.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed.). Pero Pinheiro: Report Number.
- Marôco, J. (2007). *Análise estatística: com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Sílabo.
- McCrae, R., & Costa, P. (1983). Social desirability scales: More substance than style. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51, 882-888.
- Mesmer-Magnus, J., Vieswesvaran, C., Deshpande, S. & Joseph, J. (2006). Social desirability: The role of over-claiming, self-esteem, and emotional intelligence. *Psychology Science*, 48(3), 336-356.
- Mortel, T. F. (2008). Faking it: social desirability response bias in self-report research. *Australian Journal of Advanced Nursing*, 25(2), 40-48.
- Nederhof, A. (1985) Methods of Coping with Social Desirability Bias: A Review. *European Journal of Social Psychology*, 15, 263-280.
- Nevid J. (1983). Hopelessness, social desirability and construct validity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51, 139-140.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2ª ed.). New York: McGraw-Hill.
- Oliveira, J. H. B. (2004). Desejabilidade Social: Um construto de difícil avaliação. *Psychologica*, 35, 233-247.
- Oliveira, J. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCA* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ones, D.S., Viswesvaran, C. & Reiss, A.D. (1996). Role of social desirability in personality testing for personnel selection: The red herring. *Journal of Applied Psychology*, 81(6), 660–679.
- Otto, R. K., & Heilbrun, K. (2002). The practice of forensic psychology: A look toward the future in the light of the past. *American Psychologist*, 57(1), 5-18.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using SPSS for Windows (Version 12)* (2ª ed.). Australia: Allen & Unwin.

- Paulhus, D.L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, *46*, 598-609.
- Paulhus, D. L. (1986). Self-deception and impression management in tests responses. In A. Angleitner & J. S. Wiggins (Eds.), *Personality assessment via questionnaires* (pp. 144-165). Berlin: Springer-Verlag.
- Paulhus, D.L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H.I. Braun & D.N. Jackson (Eds.), *Role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49-69). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Paulhus, D. L. (1991). Measurement and control of response bias. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitude* (pp. 17-59). San Diego, CA: Academic Press.
- Paunonen, S. V., & LeBel, E. P. (2012). Socially desirable responding and its elusive effects on the validity of personality assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, *103*(1), 158-175.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS* (4ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Richman, W. L., Weisband, S., Kiesler, S., & Drasgow, F. (1999). A meta-analytic study of social desirability distortion in computer-administered questionnaires, traditional questionnaires and interviews. *Journal of Applied Psychology*, *84*(5), 754-775.
- Risko, E.F., Quilty, L.C., & Oakman, J.M. (2006). Socially desirable responding on the web: Investigating the Candor hypothesis. *Journal of Personality Assessment*, *87*(3), 269-276.
- Sackeim, H.A., & Gur, R. C. (1979). Self-deception: A concept in search of a phenomenon. *Journal of Personality and Social Psychology*, *37*(2), 147-169.
- Salgado, J. (2005). Personality and Social Desirability in Organizational Settings: Practical Implications for Work and Organizational Psychology. *Papeles del Psicólogo*, *26*, 115-128.
- Schmitt, D. P., Allik, J., McCrae, R. R., & Benet-Martínez, V. (2007). The geographic distribution of big five personality traits: Patterns and profiles of human selfdescription across 56 nations. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *38*, 173-212.
- Schmitt, M., & Steyer, R. (1993). A latent state-trait model (not only) for social desirability. *Personality and Individual Differences*, *14*, 519-529.
- Seisdedos, N. (1996). The “IM” (Impression Management) Scale. *European Review of Applied Psychology*, *46*, 45-54.
- Seol, H. (2007). A psychometric investigation of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale using Rasch measurement. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, *40*(4), 155-168.
- Silva, D., Novo, R., Prazeres, N., & Pires, R. (2006). *Inventário Multifásico*
Estudos de validação de duas escalas de avaliação da Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense
Beatriz dos Santos Baptista (e-mail:beatriz7@live.com.pt) 2016

da Personalidade – Adolescente: Versão Experimental Portuguesa. Lisboa, Portugal: Centro de Investigação em Psicologia, Universidade de Lisboa.

- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em Centros Educativos* (Tese de mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal.
- Simões, M., Sousa, L., Duarte, P., Firmino, H., Pinho, M. S., Gaspar, N., Pires, L., Batista, P., Silva, A. R., Silva, S., Ferreira, A. R., & França, S. (2001). Avaliação da simulação ou esforço insuficiente com o Rey 15-Item Memory Test (15-IMT): Estudos de validação em grupos de adultos idosos. *Análise Psicológica*, 1(28), 209-226.
- Simões, M. R. (2005). Potencialidades e limites do uso de instrumentos no processo de avaliação psicológica. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9(2), 237-264.
- Simões, M.R. (2005). Relatórios psicológicos: Exercícios de aproximação ao contexto forense. In R.A. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Psicologia forense* (pp.55-102). Coimbra: Quarteto.
- Simões, M. R. (2001). Informes psicológicos em contexto forense. In F. Jiménez Gómez (Coord.), *Evaluación psicológica forense* (Vol. III), *Ámbitos delectivos, laboral y elaboración de informes* (pp. 157-186). Salamanca: Amarú Ediciones.
- Smith, D., & Ellingson, J. (2002). Substance versus style: A new look at social desirability in motivating contexts. *Journal of Applied Psychology*, 87, 211-219.
- Stöber, J. (2001). The Social Desirability Scale-17 (SDS-17): Convergent validity, discriminant validity, and relationship with age. *European Journal of Psychological Assessment*, 17(3), 222-232.
- Stodel, M. (2015). But what people think? Getting beyond social desirability bias by increasing cognitive load. *International Journal of Market Research*, 57(2), 313-321.
- Tobin, N. L., Seals, R. W., & Vincent, J. P. (2011). Response patterns on the parent-child relationship inventory in a simulated child custody evaluation. *Journal of Child Custody*, 8, 284-300. doi: 10.1080/15379418.2011.620929.
- Tourangeau, R., & Rasinski, K. A. (1988). Cognitive processes underlying context effects in attitude measurement. *Psychological Bulletin*, 103, 299-314.
- Vorkapic, S. T. (2015). The relationship between social desirability and visual evoked potentials: implications for personality measurement. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 9(2), 99-113.
- Weinberger, D. A., Schwartz, G. E., & Davidson, R. J. (1979). Low-anxious, high anxious and repressive coping styles: Psychometric patterns and behavioral and physiological responses to stress. *Journal of Abnormal Psychology*, 88, 369-385.
- Estudos de validação de duas escalas de avaliação da Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense
Beatriz dos Santos Baptista (e-mail:beatriz7@live.com.pt) 2016

- Psychology*, 88, 369-380.
- Wiggins J. (1962). Strategic method and stylistic variance in the MMPI. *Psychological Bulletin*, 59, 224-242.
- Wiggins, J. S. (1968). Personality structure. *Annual Review of Psychology*, 19, 293-350.

Anexos

Anexo A – Questionário Sociodemográfico

Código: _____

1. Idade: _____

2. Género: Fem____/Masc____

3. Profissão: _____

4. Nível de escolaridade: _____

5. Estado civil:

Solteiro: _____

Casado: _____

Viúvo: _____

Divorciado: _____

Recasado: _____

6. Filhos: NÃO____/SIM____

7. Local de residência (indique apenas a terra/local):

8. Meio: rural: _____; Urbano: _____; Perímetro urbano: _____

9. Tipo de Processo:

10. Motivo pedido:

11. Instituição de recolha:

Anexo B – Características psicométricas da EDS-20

Tabela 1. Consistência interna da EDS-20 (Análise dos itens)

Itens	<i>M</i>	σ	r_a	α_b
1	.39	.493	.374	.791
2	.86	.347	.446	.788
3	.39	.493	.361	.792
4	.80	.408	.079	.807
5	.93	.255	.193	.799
6	.84	.370	.334	.794
7	.61	.493	.467	.785
8	.86	.347	.296	.795
9	.70	.462	.491	.784
10	.66	.479	.333	.794
11	.41	.497	.342	.794
12	.43	.501	.502	.783
13	.39	.493	.471	.785
14	.64	.487	.534	.780
15	.68	.471	.388	.790
16	.93	.255	.292	.796
17	.98	.151	.407	.795
18	.89	.321	.177	.801
19	.75	.438	.409	.789
20	.80	.408	.426	.788

Nota: a= correlação item-total; b= se item eliminado

Tabela 2. Estatísticas descritivas da EDS-20

<i>M</i>	13.93
Σ	3.863

Anexo C – Características psicométricas da DESCA

Tabela 1. Consistência interna da DESCA (Análise dos itens)

Itens	<i>M</i>	σ	r_a	α_b
1	2.9286	.99738	.333	.755
2	2,7143	1.04264	.028	.778
3	2.2619	.98920	.731	.724
4	2.1905	.83339	.372	.752
5	2.0476	.98655	.662	.730
6	2.1667	1.01011	.623	.732
7	1.7381	.79815	.674	.734
8	1.9524	.93580	.527	.741
9	2.6190	1.03482	.242	.762
10	3.4524	.70546	.221	.761
11	1.7143	.80504	.672	.734
12	1.9762	.84068	.288	.758
13	3.3810	.82499	-.020	.776
14	2.7619	1.00752	.234	.762
15	1.8095	.80359	.696	.733
16	2.9048	.87818	-.099	.782
17	2.8571	.89909	.133	.768
18	1.7619	0.72615	.485	.747
19	2.6429	0.90585	-.110	.783
20	2.5238	1.08736	.105	.773
21	2.7619	1.03145	.206	.764

Nota: a= correlação item-total; b= se item eliminado

Tabela 2. Estatísticas descritivas da DESCA

<i>M</i>	51.1667
σ	8.06957

Anexo D – Características psicométricas do fator Busca de Aprovação Social (BAS) da DESCA

Tabela 1. Consistência interna do fator BAS daDESCA (Análise dos itens)

Itens	<i>M</i>	σ	r_a	α_b
6	2.18	.995	.670	.790
7	1.75	0.811	.748	.779
9	2.61	1.017	.574	.812
11	1.75	.866	.594	.807
14	2.75	.991	.524	.822
15	1.82	.815	.548	.816

Nota: a= correlação item-total; b= se item eliminado

Tabela 2. Estatísticas descritivas do fator BAS da DESCA

<i>M</i>	12.86
Σ	4.067

Anexo E – Características psicométricas do fator Gestão da Imagem Social (GIS) da DESCA

Tabela 1. Consistência interna do fator GIS daDESCA (Análise dos itens)

Itens	<i>M</i>	Σ	r_a	α_b
3	2.2889	.995	.549	.298
8	1.9556	0.811	.448	.389
10	3.4444	1.017	.225	.528
12	1.9778	.866	.330	.471
13	3.4000	.991	.012	.638

Nota: a= correlação item-total; b= se item eliminado

Tabela 2. Estatísticas descritivas do fator GIS da DESCA

<i>M</i>	13.0667
Σ	2.51721

Anexo F – Características psicométricas do fator Dependência Relacional (DR) da DESCA

Tabela 1. Consistência interna do fator DR da DESCA (Análise dos itens)

Itens	<i>M</i>	Σ	r_a	α_b
1	2.93	.985	.248	.305
2	2.72	1.031	.034	.536
4	2.19	.824	.244	.318
5	2.05	.975	.403	.120

Nota: a= correlação item-total; b= se item eliminado

Tabela 2. Estatísticas descritivas do fator DR da DESCA

<i>M</i>	9.88
Σ	2.291

Anexo G – Análises de validade convergente e divergente

Tabela 1. Coeficiente de correlação de Pearson entre as escalas (Neuroticismo, Extroversão, L do EPQ-R, BAS, DESCA Total e EDS-20) na amostra forense

	Mentira EPQ-R	DESCA Total	BAS (DESCA)	EDS-20
Neuroticismo	-.168	.699**	.562**	-.222
Extroversão	.110	-.294	-.359*	.038
Mentira EPQ-R		.132	.264	.892**
DESCA Total			.826**	-.050
BAS (DESCA)				.142

* p<0.05

** p<0.01

Anexo H – Resultados dos Testes do Qui-Quadrado e *t* de student para as variáveis sociodemográficas

Tabela 1. Resultados do Teste Qui-Quadrado para a variável sexo

	Grupo	χ^2	<i>P</i>
Sexo	Controlo	.475	,491
	Forense		

Tabela 2. Resultados do Teste Qui- Quadrado para a variável classificação da profissão

	Grupo	χ^2	<i>p</i>	99% IC	
				Lower	Upper
Classificação da Profissão	Controlo	3.875	,868	,877	,893
	Forense				

Tabela 3. Resultados do Teste Qui-Quadrado para a variável anos de escolaridade

	Grupo	χ^2	<i>p</i>	99% IC	
				Lower	Upper
Anos de Escolaridade	Controlo	8.070	,152	,145	,163
	Forense				

Tabela 4. Resultados do Teste *t* de student para a variável idade

	Grupo	M	Σ	<i>t</i>	<i>p</i>	95% IC	
						Lower	Upper
Idade	Controlo	37.97	9.641	.080	,936	-3.598	3,901
	Forense	37.81	9.038				

Anexo I – Resultados do Teste *t* de student para a escala de Mentira (L) do EPQ-R, EDS-20, DESCA e fator BAS da DESCA em função dos grupos forense ou controlo e do tipo de processo

Tabela 1. Resultados do teste *t* para diferenças entre o grupo controlo e forense

	Grupo	M	Σ	<i>t</i>	<i>p</i>	99% IC	
						Lower	Upper
Mentira	Controlo	9.55	4.122	-3.259	.002	-3.977	-.967
EPQ-R	Forense	12.02	3.143				
EDS-20	Controlo	9.57	4.092	-5.245	.000	-5.845	-2.636
	Forense	13.81	3.846				
DESCA	Controlo	51.79	6.867	-1.471	.145	-4.908	.730
	Forense	53.88	6.847				
BAS	Controlo	12.57	3.056	-.538	.592	-1.904	1.094
DESCA	Forense	12.98	4.093				

Tabela 2. Resultados do Teste *t* para diferenças entre o tipo de processo

	Grupo	M	σ	<i>t</i>	<i>p</i>	99% IC	
						Lower	Upper
EDS-20	RRP	14.41	3.489	.689	.495	-1.766	3.581
	PP	13.50	3.749				
DESCA	RRP	51.16	4.403	-2.908	.006	-10.266	-1.814
	PP	57.20	7.829				
BAS	RRP	11.70	3.604	-1.983	.055	-5.456	.064
DESCA	PP	14.40	3.864				
Mentira	RRP	12.26	2.768	.247	.806	-1.871	2.389
EPQ-R	PP	12.00	3.018				